

# UM MEIO TEMPO PREPARANDO OUTRO TEMPO

cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia

organização

Miriam Nobre

autoras

Aline Lima

Ana Cruz

Ana Luisa Queiroz

Cecilia Maria Santiago

Fátima Trombini

Isabelle Hillenkamp

Liliam Telles

Maria José Carneiro

Natália Lobo

Nayara Lopes de Castro

Rodica Weitzman

Thalita Rody Machado



Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia.

Publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista

**Oganizações parceiras** Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Institut de Recherche pour le Développement France (IRD), Grupo de Trabalho Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), Núcleo de Pesquisa "Gênero e Ruralidades" do CPDA/UFRRJ, PACS Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.

### Organização Miriam Nobre

**Textos** Aline Lima, Ana Cruz, Ana Luisa Queiroz, Cecilia Maria Santiago, Fátima Trombini, Isabelle Hillenkamp, Liliam Telles, Maria José Carneiro, Natália Lobo, Nayara Lopes de Castro, Rodica Weitzman, Thalita Rody Machado.

Edição de texto Fernanda Sucupira

Ilustrações Leila Monsegur

Projeto gráfico e diagramação Marina Rago Moreira

Apoio editorial Helena Zelic e Natália Blanco

### Apoio para estudo e publicação

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva da SOF Sempreviva Organização Feminista e não representa necessariamente a posição da FRL.



Esta obra possui a Licença Creative Commons de Atribuição Uso Não Comercial – Não a obras derivadas (BY-NC-ND).



SOF Sempreviva Organização Feminista Rua Ministro Costa e Silva, 36 Pinheiros, São Paulo, SP, Brasil www.sof.org.br | sof@sof.org.br

N754 Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. Miriam Nobre (Org.). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021, 104p.

ISBN 978-65-87591-07-0

1. Agroecologia 2. Economia feminista 3. Feminismo 4. Sustentabilidade da vida I. Título

## Sumário

	agroecológicas face à pandemia da Covid-19: introdução Isabelle Hillenkamp, Natália Lobo e Liliam Telles
22	Resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede: a experiência da RAMA face à pandemia da Covid-19 Isabelle Hillenkamp e Natália Lobo
49	Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19: a experiência das agricultoras agroecológicas da Zona da Mata de MG Liliam Telles, Thalita Rody, Nayara Lopes de Castro, Cecília Maria Santiago e Isabelle Hillenkamp
72	Mulheres na pandemia: agroecologia, cuidado e ação política Rodica Weitzman, Ana Luisa Queiroz, Maria José Carneiro, Fátima Trombini e Aline Lima

Sobre as mulheres que contribuem

com esta publicação

Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras

No toque do tempo

Ana Cruz

10

100

Apresentação

## NO TOQUE DO TEMPO

Batida do tambor marcando o tempo.

Sentir os acontecimentos entre uma batida e outra, um meio tempo preparando um outro tempo.

Tempo de deixar no ponto corpo pro Santo descer para luz acender amparar com cuidado a criança, que vai nascer.

Tempo que assenta sentimentos fazendo a gente sentir que sente. Sentindo a sinergia da barca lotada que vai e vem atravessando a baía.

Tempo da cigarra prever o tempo e morrer.

Tempo do artista encontrar suas suaves cores vivas

Tempo pro Ser compreender suas emoções, se alforriar e cessar.

Ana Cruz



## Apresentação

Esta publicação reúne experiências concretas, enraizadas em diferentes territórios do Sudeste brasileiro, de mulheres envolvidas com a agroecologia. No decorrer da pandemia da Covid-19, elas teceram resistências e formas de existir em conjunto que possibilitaram que a vida — delas e das suas famílias, comunidades e redes — pudesse continuar. Os textos são resultado de pesquisas que sistematizam o vivenciado neste momento tão particular enquanto ainda estamos mergulhadas nele. Realizadas por pesquisadoras e ativistas do movimento feminista e agroecológico, demonstram a potência da solidariedade e da partilha do conhecimento entre mulheres com diferentes inserções: instituições de pesquisa e ONG que constroem movimento, em diálogo com as agricultoras — e a todas muito agradecemos¹.

Os dois primeiros artigos compartilham aprendizados da pesquisa "Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19", realizada no Vale do Ribeira, em São Paulo, e na Zona da Mata de Minas Gerais. Em ambos os casos são analisadas as mudanças causadas pelo isolamento social e a pandemia nos trabalhos de cuidado (saúde, educação, assistência a pessoas em maior vulnerabilidade) e na produção, distribuição e comercialização de alimentos.

<sup>1</sup> Agradecemos ao CTA-ZM (Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata), IRD (Institut de Recherche pour le Développement France), Grupo de Trabalho Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), Núcleo de Pesquisa "Gênero e Ruralidades" do CPDA/UFRRJ, PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul).

No caso da RAMA, Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo, Vale do Ribeira, um aspecto relacionado à produção de alimentos chama atenção. Apesar de as mulheres terem feito aumentos enormes em seus quintais, roças, hortas e agroflorestas, elas se queixam de não terem colhido muito do que plantaram pela imprevisibilidade do clima. Plantar grandes áreas e não colher nada porque não choveu no tempo certo, ou porque os passarinhos, insetos e outros animais comem toda a produção, acende um sinal vermelho: as formas de fazer agricultura construídas há gerações pelas mulheres estão sendo afetadas pelos efeitos das mudanças climáticas — que ocorrem em nível global — e das mudanças na paisagem do Vale do Ribeira, com o avanço do agronegócio e de megaempreendimentos no território. Aquelas mulheres e comunidades responsáveis por frear a destruição e gerar a vida cotidianamente através de seu trabalho, parecem ser também as primeiras a sentir na pele os efeitos do avanço da destruição.

Por esse e outros motivos, elas reivindicam uma saída política própria para esta crise multidimensional, que não tem a ver com os planos de recuperação econômica que não rompem com a lógica de mercado e com a destruição da natureza em sua raiz. Entendem que as respostas já estão aí, nas práticas cotidianas de solidariedade e cuidado da natureza, muitas vezes esquecidas e vistas como "não política". No entanto, as mulheres pagam um preço alto por construírem essas alternativas sozinhas: com sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado, sendo as maiores responsáveis pela agricultura diversificada para o autoconsumo, exaustas por serem as únicas que cuidam, sem serem também cuidadas de volta. É daí que urge a necessidade de colocar o cuidado no centro da organização da economia, e fazer dele assunto de todas e todos.

O caso da Zona da Mata, assim como os demais, ilustra bem as estratégias desenvolvidas para garantir a segurança econômica das mulheres e suas famílias durante a pandemia. Essas estratégias estão relacionadas com a expansão da agricultura agroecológica, tanto para garantir o autoconsumo das famílias e a soberania alimentar das comunidades, quanto para expandir os canais de comercialização e doação. Através de redes de parentesco e de afinidade, as mulheres

inventam alternativas de venda por meio do Whatsapp e de outras plataformas digitais, para contornar a ausência de feiras e o desemprego. Através de redes militantes, construíram experiências de entrega de alimentos, artesanatos e produtos fitoterápicos para a cidade, muitas vezes ligadas a campanhas de solidariedade, possibilitando que o alimento agroecológico chegasse àqueles que estavam mais vulneráveis durante a crise. Já através da organização em associações, redes e cooperativas, e tecendo alianças políticas com universidade e organizações, elas conquistaram projetos de vendas institucionais que também garantiram alimento, por exemplo através do PAA e do PNAE, para pessoas em vulnerabilidade social.

O artigo "Mulheres na pandemia: agroecologia, cuidado e ação política" traz as primeiras reflexões da pesquisa "Memórias da quarentena", realizada pelo Núcleo de Pesquisa "Gênero e Ruralidades" do CPDA/UFRRJ e o Grupo de Trabalho Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). A memória das mulheres organizando a sustentabilidade da vida é central no artigo e extremamente necessária em um tempo de crise que parece anular o futuro. Durante a pandemia, o cotidiano continuou sendo sustentado sob a base invisível dos conhecimentos tradicionais das mulheres: na agroecologia, na preparação de banhos e chás que fortalecem e curam o corpo, na promoção das práticas econômicas alternativas ao sistema de mercado.

Quando contam sobre os cuidados que praticam consigo mesmas ou com outras pessoas da família, deixam clara a inspiração que tiram das ancestrais para construir o presente e imaginar o futuro. Quando uma das agricultoras da AARJ foi perguntada sobre como imaginaria o período pós-pandemia, sua resposta foi justamente "que possamos voltar a ser o que éramos antes, com um outro olhar, um olhar mais carinhoso para a vida (...), mas que as pessoas possam, sei lá, olhar pra esse futuro olhando pro passado".

Essa vontade de retornar ao passado não está relacionado a um tipo de saudosismo do "velho normal" que todos conhecemos, repleto de desigualdades e injustiças. O passado ao qual as mulheres se refe-

renciam é o passado em que a lógica de mercado não regia tanto a vida das suas comunidades; em que as formas de cuidado de si e dos outros constituíam saberes importantíssimos, passados de geração a geração; em que a vida tinha um ritmo mais próximo ao da natureza. Inspirado nessa busca pelas formas de vivenciar o tempo, entre passado e futuro, surgiu o título dessa publicação, a partir dos versos do poema "No toque do tempo", de Ana Cruz.

Essas ações, quando juntas, demonstram a estratégia das mulheres para sair desse labirinto: trabalhar conforme os fluxos da natureza, regenerando-a e seguindo os conhecimentos ancestrais, fazer com que eles sejam coletivos; circular os frutos desse trabalho entre as pessoas por rotas que não passem pela lógica mercantil e capitalista; fazer tudo isso tecendo alianças que são políticas e também de afeto e companheirismo, rompendo o isolamento imposto pela pandemia, construindo proximidades mesmo à distância.

## As Semprevivas

# Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19: introdução

Isabelle Hillenkamp, Natália Lobo e Liliam Telles

## Objetivo geral da pesquisa

A pandemia de Covid-19 tem levantado, com razão, receios de aumento das desigualdades de gênero e da violência. A perda ou precarização do emprego, a falta de direitos sociais e o aumento da violência doméstica atingiram duramente as mulheres negras, discriminadas e de baixa renda no Brasil e em outros países (UN Women, 2020; Teixeira, 2020). Ao mesmo tempo, a pandemia reacendeu as críticas feministas ao capitalismo, evidenciando a vulnerabilidade dos seres humanos e o papel essencial do trabalho de cuidado, realizado principalmente por mulheres de forma não remunerada na esfera familiar e comunitária e em serviços públicos e de mercado mal remunerados (Faria, 2020). Alguns se contentaram em aplaudir a realização desse trabalho pesado, esperando que isso perpetue essas relações desiguais e permita delegar ainda mais responsabilidades a essas mulheres. Outras pediram uma mudança de modelo, no sentido de um reconhecimento do trabalho de cuidado (Laugier, 2020), de uma democratização e desmercantilização da economia, condições para modos de vida mais sustentáveis (Ferreras et al., 2020).

Diante desse amplo debate, o impacto local, os riscos e as oportunidades concretas de transformação social abertas pela pandemia têm recebido até agora muito pouca análise. Eles dependem de complexas interações entre processos de emancipação e situações de opressão baseadas no gênero e em outras relações de poder, que foram forjadas durante um longo tempo. No setor agrícola no Brasil, coletivos de mulheres organizadas, em alguns casos há várias décadas, para um modelo de produção "agroecológico", so-

cial e ecologicamente sustentável (Nobre et al. 2015; Zuluaga et al. 2018) têm buscado soluções para as restrições de movimento, as dificuldades de comercialização, a perda de emprego para si ou para os membros da sua família. Com o apoio de ONGs e movimentos sociais, aliados políticos, elas reinventaram ou expandiram suas ações, com base nas responsabilidades socialmente atribuídas às mulheres na produção de alimentos e nos cuidados. Suas ações têm sido parte de uma reorganização mais ampla do setor agrícola e das cadeias alimentares, impactadas pela pandemia e marcadas pelas profundas desigualdades entre modelos e escalas de produção. A resiliência das agricultoras agroecológicas face à pandemia depende, portanto, da interação específica entre esses processos em diferentes níveis. A compreensão desses processos e interações é tanto mais importante quanto a pandemia instala-se duradouramente e as mudanças conjunturais, sejam positivas ou negativas, podem se tornar também duradouras e estruturais.

A pesquisa, cujos resultados são detalhados nos dois capítulos seguintes, teve como objetivo contribuir para uma análise realista das vulnerabilidades e das condições de resiliência e transformação social abertas pela pandemia da Covid-19 para mulheres envolvidas na agroecologia no Brasil. Entre a denúncia dos riscos de agravamento das desigualdades e o aplauso às iniciativas femininas, destinado a garantir que nada mude, procuramos identificar os riscos reais para essas mulheres e as condições para que o reconhecimento de suas iniciativas se transforme em uma renegociação das relações de poder e não em uma sobrecarga de trabalho.

## Método

Os fatores de vulnerabilidade, as capacidades de resiliência e de mudança social das agricultoras agroecológicas permanecem pouco conhecidos porque ocorrem no nível principalmente local, envolvem relações interpessoais e informais (ex. em grupos de produção e redes de comercialização) e se baseiam em grande parte no trabalho não remunerado. Essas iniciativas não são detectadas pelas análises estatísticas agregadas e de muitos observadores.

Para remediar essa invisibilidade, a investigação qualitativa, praticada por acadêmicas/os e militantes feministas, frequentemente envolvidas em organizações e movimentos que acompanham essas iniciativas, é um método indispensável. Os capítulos seguintes apresentam os resultados de duas pesquisas conduzidas paralelamente nas regiões da Zona da Mata (MG) e do Vale do Ribeira (SP). Foram realizadas em parceria entre o IRD (Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento), da França, a Universidade Federal de Viçosa (Brasil) e as ONGs brasileiras CTA-ZM (Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata) e SOF (Sempreviva Organização Feminista). O CTA-ZM e a SOF estão envolvidos na construção dos movimentos agroecológicos e feministas em nível nacional e têm contribuído para a organização das agricultoras sujeitas desta pesquisa na Zona da Mata e no Vale do Ribeira, respectivamente. Esta pesquisa prossegue as intervenções dessas ONGs, assim como projetos de pesquisa-ação anteriores, que envolveram as instituições parceiras (ONGs e acadêmicas). Através da pesquisa-ação, entendemos um modo de produção de conhecimento que, pelo tipo de perguntas e o diálogo com as atrizes e os atores locais, visa contribuir para os processos de mudança social nos quais elas e eles estão envolvidas/os.

Essas relações de confiança e conhecimento interpessoal com as agricultoras, estabelecidas antes da pandemia, tornaram possível a realização de pesquisas qualitativas à distância. A pesquisa no Vale do Ribeira começou em junho e julho de 2020, em uma época em que qualquer deslocamento era impossível, e foi realizada inicialmente por telefone (ou por mensagens de áudio de WhatsApp no caso de sinal telefônico insuficiente). A partir de setembro, a SOF voltou ao Vale do Ribeira para períodos curtos, o que nos permitiu completar nossas observações. Em novembro de 2020, foi realizada uma fase complementar da pesquisa, com entrevistas no local e à distância. No total, 16 agricultoras foram entrevistadas na primeira fase e 17 na segunda, em 9 comunidades do município de Barra do Turvo. Na Zona da Mata, a coleta de dados foi realizada entre agosto e outubro de 2020 e envolveu 19 mulheres agricultoras em 8 municípios da região (7 entrevistas presencias e 12 à distância). Em geral, as agricultoras solicitadas foram escolhidas para representar diferentes grupos etários, tempos de envolvimento na agroecologia, contextos locais e posições de liderança/de base.

As trocas com as agricultoras se deram na forma de entrevistas gravadas e dialogadas, que abordaram os diversos temas de um roteiro semiestruturado, priorizando a expressão espontânea de seus depoimentos e questionamentos. A primeira parte do roteiro focalizou na forma como a pandemia transformou a vida dessas mulheres e suas famílias nas esferas da saúde, econômica, agrícola e doméstica, incluindo as vulnerabilidades e dificuldades geradas. Uma segunda parte procurou entender se, e como, as mulheres estão contribuindo para a resiliência da agricultura familiar. Para isso, abordamos as iniciativas agroecológicas, inserindo-as no contexto mais amplo das relações de proteção e solidariedade nos níveis familiar, comunitário e da política social. A terceira e última parte questionou a presença de leituras críticas das mulheres sobre a situação desencadeada pela pandemia, que podem politizar sua própria experiência e ação. No caso do Vale do Ribeira, a fase complementar de pesquisa visou ainda aprofundar o papel das mulheres na resiliência da agricultura familiar, medindo as mudanças ocorridas na produção agrícola, na divisão sexual e geracional desse trabalho e na tomada de decisões.

# Mulheres e agricultura frente à pandemia: hipóteses e objetivos específicos da pesquisa

Essas perguntas e nossa análise dos dados foram orientadas por uma dupla leitura da evolução do setor agrícola e das relações de gênero diante da pandemia, o que nos levou a formular três hipóteses.

# O modelo agroecológico nas reconfigurações da agricultura

Em nível geral, de acordo com dados da FAO, a pandemia ocasionou um declínio na produção agrícola em algumas regiões do mundo e ameaçou os calendários agrícolas de certas culturas em todos os continentes<sup>1</sup>.

Inicialmente, a pandemia também causou uma queda na demanda geral por produtos agrícolas. Como resultado dessas tendências, no

<sup>1</sup> http://www.fao.org/2019-ncov/covid-19-crop-calendars/en/.

primeiro semestre de 2020, os preços internacionais de várias commodities, particularmente trigo e milho, caíram. Entretanto, em alguns países, o preço interno dos alimentos, como arroz e feijão no Brasil², estava subindo acentuadamente. No segundo semestre, os preços internacionais da maioria dos produtos alimentícios subiram novamente. Entretanto, isso não significou um retorno ao normal, mas a manutenção de volumes de venda reduzidos — devido a quedas na produção, à incerteza dos agricultores sobre as colheitas gerada por impactos climáticos, como a estiagem no Brasil, e gargalos na cadeia de abastecimento (FAO, 2020a e 2020b). Neste início de 2021, o setor agrícola continua passando por dificuldades e reestruturações, enquanto o aumento dos preços ameaça a segurança alimentar de populações vulneráveis.

No subsetor da agricultura familiar, a alta nos preços dos insumos agrícolas, observada desde o começo da pandemia, foi um fator importante de pressão sobre as unidades de produção, conforme observado em um levantamento no Estado de São Paulo (Secretaria de Agricultura Familiar e Abastecimento do Estado de São Paulo, 2020)3. 56% dos estabelecimentos pesquisados sofreram uma queda na renda (leve em 36% dos casos e aguda em 20%), o que, em alguns casos, provocou dificuldades de pagamento e um aumento do nível de endividamento. As medidas de distanciamento social também tiveram um impacto direto sobre as/os agricultoras/es que costumavam vender seus produtos diretamente e que foram afetados pelo fechamento de mercados abertos e pela impossibilidade de se deslocar. Finalmente, a suspensão de aulas nas escolas da rede pública de ensino teve um forte impacto na agricultura familiar, já que repercutiu nas compras através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), do qual a agricultura familiar é uma fornecedora.

Essa situação levou uma ampla coalizão de 877 movimentos, redes e organizações sociais brasileiras no campo da agricultura familiar e da agroecologia a apresentar uma carta ao governo federal (de 8 de abril

<sup>2</sup> O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) do Brasil encerrou o ano de 2020 com um aumento de 4.52%.

<sup>3</sup> Realizado em abril de 2020 por telefone, junto a 1.145 produtores/as rurais possuidores/as do Documento de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

de 2020, publicada em ANA, 2020), lembrando o papel central da agricultura familiar na segurança alimentar do país e a necessidade de uma política específica de amparo. Essa carta solicitou o fortalecimento do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e denunciou a priorização de determinados setores agrícolas pelo governo, a pequena parte de recursos redistribuídos em nível municipal e a falta de previsão em nível estadual. O Projeto de Lei 735/2020, que traça as diretrizes de um plano de amparo à agricultura familiar para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19, foi aprovado por unanimidade pelo Senado em 8 de maio de 2020, antes de ser vetado pelo presidente Bolsonaro em 25 de agosto de 2020. Esse bloqueio persiste no momento da finalização deste texto, no início de 2021. Existe, portanto, um amplo consenso sobre a validade das respostas da agricultura familiar à Covid-19, que, até o atual momento, não foi reconhecido pelo presidente.

Embora os impactos da pandemia sobre os setores agrícolas no Brasil e em outras regiões do mundo sejam severos, eles também são altamente variáveis, dependendo em particular do modelo agrícola e de organização do trabalho. Por um lado, o agronegócio é altamente dependente dos preços internacionais das commodities, do mercado de insumos agrícolas e da mão de obra assalariada e, portanto, fortemente exposto aos impactos negativos descritos acima. Dentro da agricultura familiar, enquanto os estabelecimentos que praticam uma agricultura convencional podem estar expostos, em sua escala, a problemas similares aos do agronegócio (aumento no preço dos insumos, volatilidade do preço das commodities, risco de sobre-endividamento), os que seguem o modelo agroecológico têm um maior grau de autonomia produtiva (obtenção dos insumos por produção própria ou através de redes de proximidade) e, portanto, também, um maior grau de autonomia financeira. Além disso, estabelecimentos de produção agroecológica que faziam parte de redes de comercialização de proximidade antes da pandemia podem se beneficiar de uma continuidade, ou mesmo de uma extensão, de suas vendas e de preços estáveis, graças aos contatos, acordos e organização logística préexistentes. Os primeiros estudos de caso no contexto da pandemia apontam de fato para a resiliência das formas locais de produção (ex. hortas urbanas, Lal, 2020), inseridas em organizações da agricultura

familiar (ex. redes de cooperativas agrícolas, Forte e Máximo, 2020), em circuitos de venda de proximidade e articulados com programas públicos (ex. PAA municipal, Borsato et al., 2020).

Formulamos a hipótese (H1) de que a autonomia produtiva e financeira permitida pelo modelo agroecológico, combinada com a participação em canais de venda inseridos em relações pessoais ou institucionais estáveis (ex. acordos diretos produtor-consumidor, preços instituídos por programas públicos), são fatores-chave na resiliência da agricultura familiar frente à situação criada pela pandemia da Covid-19. Como resultado, as unidades produtivas que melhor resistem à crise e que produzem as respostas mais inovadoras não são necessariamente aquelas que tinham o mais alto grau de consolidação financeira, mas aquelas que, desde antes da crise, optaram por um modelo de produção autônoma (como a agroecologia) e pela integração em canais de venda assentados em relações pessoais ou institucionais que garantem um alto nível de estabilidade dos preços. Essa estabilidade nas relações de venda e nos preços protege tanto as e os agricultoras/es quanto as e os consumidoras/es da variação dos preços observada nos mercados não regulados (social ou legalmente), devido aos rápidos movimentos da oferta e da demanda no atual contexto.

## Pandemia e relações de gênero

A pandemia atua como reveladora das relações de gênero em diferentes esferas da vida social — incluindo a agricultura — ao mesmo tempo que provoca transformações nessas relações. Como já vimos, a pandemia desvelou a importância do trabalho de cuidado social e ambiental realizado principalmente por mulheres em diferentes esferas. Para além da assistência médica, que está no centro da gestão hospitalar da pandemia e da cobertura da mídia (médicos, mas também enfermeiras, auxiliares de cuidados, cozinheiras, faxineiras, etc.), isso inclui o trabalho realizado de forma não remunerada dentro e perto de casa. O trabalho dentro de casa abrange o cuidado de crianças, doentes e pessoas dependentes, além de pessoas com plenas capacidades, e as tarefas domésticas, relacionadas, em particular, à alimentação. No contexto da agricultura familiar, o trabalho de cuidado com os animais e as plantas nos diferentes espaços de produção protagonizados por mulheres, como quintais, hortas, pomares, roçados,

currais, sistemas agroflorestais, obedece à mesma lógica de um trabalho essencial, mas principalmente não remunerado e, por isso, muitas vezes menosprezado.

Essa realidade não é nova: a invisibilidade e a centralidade do trabalho de cuidado para a reprodução da vida há muito foram demostradas pela economia feminista (ver por ex. Carrasco, 2014). No campo da agroecologia, mostrou-se que o trabalho remunerado e não remunerado das mulheres na produção agrícola e no cuidado socioambiental contribui de forma decisiva para a segurança alimentar, a saúde familiar e comunitária, e a economia familiar (Hillenkamp e Nobre, 2018; Weitzman et al., 2020). A abordagem de gênero da agroecologia ressaltou ainda que a contribuição das mulheres deriva, não de uma capacidade "natural" para esse tipo de produção, mas do seu papel de cuidado socialmente atribuído (Siliprandi, 2015) e da sua exclusão histórica das políticas de modernização agrícola.

Portanto, é necessário analisar as respostas agroecológicas à pandemia da Covid-19 desde um olhar de gênero. Levantamos a hipótese (H2) de que o protagonismo histórica e socialmente construído de agricultoras na produção agrícola diversificada, na segurança alimentar, na saúde e na economia familiar, lhes confere papel central na capacidade de resiliência da agricultura familiar às contingências decorrentes da pandemia da Covid-19. Os fatores de resiliência das agricultoras são reforçados pela autonomia produtiva e financeira próprias do modelo agroecológico e pela estabilidade de preços nos canais de venda não mercadológicos (H1). Esse protagonismo e capacidade de resiliência das agricultoras é que pode permitir-lhes renegociar as relações de gênero e ganhar autonomia.

Essa hipótese (H2) deve, ao mesmo tempo, ser situada dentro de uma análise mais ampla das mudanças nas relações de gênero sob o impacto da pandemia, em particular as relacionadas com as políticas de assistência social e com a divisão sexual do trabalho.

No período de abril a dezembro de 2020, o auxílio emergencial vinculado ao governo federal constituiu o principal apoio para as trabalhadoras e os trabalhadores autônomos sem benefícios de desemprego. De um valor de R\$600 mensais (dobrado para mães solteiras, R\$1.200/

mês), esse auxílio foi aprovado em um contexto político tenso, opondo o presidente a uma maioria no Congresso e uma ampla rede da sociedade civil, denunciando o agravamento das desigualdades sociais e raciais (Rede Brasileira de Renda Básica, 2020). Apesar de sérios vieses na sua implementação, ele finalmente foi outorgado a 66,7 milhões de beneficiários, para um total de 107 milhões de demandas. Teve um efeito maciço, embora temporário, na redução da pobreza. Contudo, seu impacto na vida das mulheres, especialmente das mães de família de baixa renda, foi complexo. Pode ter acelerado sua retirada do mundo do trabalho para assumir o aumento das tarefas domésticas e de cuidado, como parte da privatização da gestão da pandemia pelo presidente. E pode ter possibilitado respostas positivas e sustentáveis à crise, tais como as iniciativas das mulheres na agroecologia, evitando estratégias de sobrevivência mais precárias.

A divisão sexual do trabalho, por outro lado, pode ter piorado durante a pandemia. Uma pesquisa realizada entre 2.641 mulheres, em abril e maio de 2020, mostrou um aumento preocupante na sua carga de trabalho. Como resultado do isolamento social, o trabalho de cuidado (ligar, monitorar, fazer companhia, ir ao supermercado ou à farmácia para familiares, vizinhas/os ou amigas/os) aumentou para 50% das participantes e 62% no caso das mulheres rurais, que funcionaram "como uma reserva de cuidado" (Gênero e Número & SOF, 2020, p. 33). O trabalho doméstico (preparar ou servir alimentos, lavar louça e limpar o domicílio) também aumentou, enquanto a distribuição do trabalho doméstico não melhorou em 87% dos casos — em 23% dos casos até piorou. Finalmente, o ônus do trabalho remunerado não necessariamente diminuiu. Entre aquelas que conseguiram manter seu trabalho remunerado na quarentena — geralmente mulheres urbanas, brancas, na faixa dos 30 anos — 41% avaliaram que estavam trabalhando mais (ibid. p. 13). Em boa parte dos casos, tal aumento relaciona-se com uma preocupação crescente com as condições de vida básicas, refletida no fato de que, para 63% das mulheres urbanas e 57 % das rurais, a pandemia colocou a sustentação da casa em risco (ibid. p. 14 e 15).

Embora o impacto da pandemia em diferentes grupos de mulheres seja desigual, existe uma tendência geral para o aumento da carga total de trabalho e da precariedade. No contexto das agricultoras agroecológicas em comunidades rurais, o trabalho agrícola pode ter aumentado, como efeito da sua contribuição para a segurança alimentar e para as respostas da agricultura familiar às mudanças provocadas pela pandemia. Formulamos a hipótese (H3) de que o protagonismo das mulheres na capacidade de resposta da agroecologia às contingências decorrentes da pandemia da Covid-19 repousa sobre uma reorganização do trabalho ainda em curso e que contém tanto um potencial de renegociação da divisão desse trabalho quanto um risco de sobrecarga e de agravamento das desigualdades de gênero, raça e classe. Desde a abordagem da pesquisa-ação, este texto pretende contribuir para tornar visíveis esses processos emergentes e estimular debates em diferentes níveis, a fim de desenvolver as potencialidades e limitar esse risco.

## Referências

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), "Movimentos sociais apresentam solução emergencial de 1 bi. para alimentar população vulnerável", carta publicada em 08/04/2020, agroecologia.org.br.

BORSATTO, Ricardo, GRIGOLETTO, Fábio, CAMARGO MACEDO, André, MARTENSEN CAMARGO, Alexandre, "Respostas dos municípios para garantir segurança alimentar e nutricional em tempo de pandemia", in **Crises entremeadas ao contexto de pandemia: antecedentes, cenários e recomendações**, Pre-print Scielo, https://pre-prints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/163, 2020.

CARRASCO, Cristina (org.), Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política, Madrid, La Oveja Roja, 2014.

CASTRO, Bárbara (org.), **Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia**, Campinas, Unicamp, IFCH, 2020.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) (2020), Food Price Monitoring and Analysis (FPMA) Bulletin # 6, 14 July 2020, Roma, FAO.

\_\_\_\_\_ (2020), Food Price Monitoring and Analysis (FPMA) Bulletin # 10, 10 December 2020, Roma, FAO.

FARIA, Nalu, "Neoliberalismo, pandemia, vidas precárias: desafios para o feminismo", **Brasil de Fato**, 24/03/2020.

FERRERAS, Isabelle, BATTILANA, Julie, MÉDA, Dominique, "Trabalho: Democratizar, Desmercantilizar, Remediar", https://democratizingwork.org/read/#portuguese, 2020.

FORTE, Marcus Bruno Soares, MAXIMO, Guilherme José, "O impacto da crise sanitária de 2020 na agricultura familiar e o fortalecimento da cadeia produtiva como estratégia para contorno da crise", in BAENINGER, R., VEDOVATO, L. R., SHAILEN, N. (org.), Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19, Campinas, Nepo/Unicamp, p. 356-72.

HILLENKAMP, Isabelle, NOBRE, Miriam, "Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social", **Temáticas**, vol. 52, p. 167-94, 2018.

LAL, Rattan (2020), "Home gardening and urban agriculture for advancing food and nutritional security in response to the COVID-19 pandemic", **Food Security**, vol. 12, n° 4, pp. 871-76.

LAUGIER, Sandra (2020), "La vulnérabilité définit l'humanité même", **Le Monde**, 29/10/2020.

NOBRE, Miriam, FARIA, Nalu, MORENO, Renata (org.), Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología. Textos para la acción feminista, São Paulo, Sempreviva Organização Feminista, 2015.

NÚMERO E GÊNERO, SOF- SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, **Sem parar. O trabalho e a vida das mulheres na pandemia**, mulheresnapandemia.sof.org.br, 2020.

REDE BRASILEIRA DE RENDA BÁSICA, Problemas centrais na implementação do auxílio emergencial, Texto para discussão 4 - 2020.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Nota técnica. Sondagem sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nos agricultores familiares do Estado de São Paulo, São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 2020.

SILIPRANDI, Emma, Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015.

TEIXEIRA, Marilane, "O trabalho e as mulheres em tempos de neoliberalismo e crise", in ZELIC H., MORENO R. (org.), **Neoliberalismo, trabalho e democracia: trilhas feministas**, São Paulo, Sempreviva Organização Feminista, 2020, p. 47-60.

UN-Women (2020), "Violence against women and girls: the shadow pandemic", https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/4/statement-ed-phumzile-violence-against-women-during-pandemic

WEITZMAN, Rodica, TELLES, Liliam, ALVARENGA, Camila, CARDOSO, Elisabeth, JALIL, Laeticia, MARTINS, Aline (org.), Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020, Salvador, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, 2020.

ZULUAGA, Sánchez Gloria Patricia, CATACORA-VARGAS, Georgina, SILIPRANDI, Emma. **Agroecología en femenino. Reflexiones a partir de nuestras experiencias**, La Paz, Bolivia, SOCLA, CLACSO, 2018.

## Resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede: a experiência da RAMA face à pandemia da Covid-19

Isabelle Hillenkamp e Natália Lobo

## Introdução

No Vale do Ribeira, nossa pesquisa concentrou-se no município de Barra do Turvo, onde está localizada a RAMA (Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras). Por razões históricas, ligadas à presença de comunidades quilombolas e áreas de preservação ambiental, a agroecologia — especialmente a agrofloresta — desenvolveu-se nesse território. Em 1996, a Associação de Agricultores Agroflorestais Cooperafloresta foi criada. A partir de 2010, a SOF (Sempreviva Organização Feminista) iniciou projetos para mulheres rurais no Vale do Ribeira e, desde 2015, para o desenvolvimento da agroecologia. A RAMA é fruto desse processo e reúne os objetivos de desenvolvimento da agroecologia e de autonomia das mulheres. Posteriormente, surgiram outras iniciativas locais de agroecologia no município, em particular uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).

Barra do Turvo está dividida entre um centro urbano, bairros rurais e comunidades remanescentes de quilombos. Há alguns bairros rurais formados por moradores antigos — muitas vezes pessoas negras ou descendentes de indígenas — e há outros bairros compostos por migrantes de outras regiões do país, principalmente do estado vizinho, Paraná. As duas últimas categorias geralmente se reconhecem como bairros de agricultura familiar. As comunidades quilombolas têm uma organização (necessária para o processo de reconhecimento institucional), o que não é o caso de todos os bairros de agricultura familiar. Isso tem repercussões no grau de organização dos diferentes bairros, incluindo seu acesso a programas de compras públicas, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa

Nacional de Alimentação Escolar), e sua inclusão em redes de apoio institucional e da sociedade civil. A RAMA, formada por cerca de 70 mulheres, está localizada em nove bairros (Indaiatuba, Córrego da Onça, Anhemas, Terra Seca, Ribeirão Grande, Cedro, Rio Vermelho, Bela Vista e Conchas), com diferentes características a esse respeito. Nossa pesquisa incluiu agricultoras desses nove bairros (17 na primeira fase da pesquisa e 16 na segunda, ver introdução geral), de modo a refletir a influência desses parâmetros sobre as vulnerabilidades e a resiliência face à pandemia.

Barra do Turvo também é atravessada por fortes movimentos migratórios de tipo circular (campo-cidade-campo) que a ligam principalmente à região metropolitana de Curitiba. Esse tipo de migração é muito comum, principalmente entre as e os jovens, e levanta questões em relação tanto ao futuro desses jovens rurais na cidade, quanto ao desenvolvimento da agroecologia em Barra do Turvo (Hillenkamp e Lobo, 2019). Nesta pesquisa, levamos em conta essa dinâmica e incluímos agricultoras de diferentes faixas etárias entre nossas entrevistadas. Também prestamos atenção ao papel das novas relações campo-cidade impulsadas pela RAMA e pela SOF (Sempreviva Organização Feminista). Elas se manifestam através de uma Rede de Grupos de Consumo Responsável na cidade de São Paulo, cuja reorganização acompanhamos através do seu grupo de WhatsApp; de institutos ligados ao movimento da economia solidária, também em São Paulo; da Feira de Economia Solidária e Agroecologia na cidade de Registro; e de uma CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) em Curitiba. Barra do Turvo é localizada a aproximadamente cinco horas de carro da cidade de São Paulo e duas horas de Curitiba e de Registro.

A primeira parte deste texto analisa como a pandemia transformou a vida das agricultoras da RAMA e das suas famílias nas esferas da saúde, do trabalho doméstico e de cuidado em casa, do emprego e das fontes de sustento econômico, das dinâmicas na comunidade e no acesso às políticas sociais. A segunda parte explora suas respostas desde a agricultura e avalia as formas de resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede. Além da primeira fase da pesquisa, comum à Zona da Mata e ao Vale do Ribeira (ver introdução geral), nos apoiamos em uma segunda fase, que aprofundou

a observação das mudanças na produção agroecológica, na divisão do trabalho e nos espaços de autonomia das mulheres na família. Selecionamos agricultoras que tiveram mudanças significativas (aumentos ou diminuições) em sua produção entre março de 2020 (começo da pandemia) e novembro (levantamento). Através de entrevistas, avaliamos as mudanças percentuais nas produções em que as mulheres trabalharam, separando as áreas de produção — horta, roça de arroz, outras roças, pés de fruta, plantas medicinais, criação e processados — que fazem sentido nas suas práticas. Conversamos com elas sobre os motivos das mudanças, ligados à pandemia, como segurança alimentar e expectativas de vendas, bem como mudança na carga total de trabalho; e registramos fatores de mudança não ligados à pandemia. Comparamos as pessoas que trabalhavam nessas produções em março e em novembro e perguntamos quem estava tomando as principais decisões agora.

## I. Como a pandemia acontece numa zona rural

## Incidência da pandemia e isolamento social em comunidades rurais

Barra do Turvo ilustra um caso de município rural que, segundo os números oficiais, foi relativamente pouco afetado pela epidemia de Covid-19: 240 casos confirmados e 7 óbitos no momento de escrever este texto — 6 de janeiro de 2021 —, para uma população de 7.828 habitantes¹. Essa incidência (3,1% de casos confirmados e 0,1% de óbitos) é notavelmente menor do que em municípios vizinhos mais próximos às grandes rotas de circulação da região, como a rodovia BR 116². No entanto, esses números oficiais podem ter sido subestimados, devido ao número de pessoas não testadas e ao número de óbitos não atribuídos à doença. Nas entrevistas, as agricultoras da RAMA compartilharam essa suspeita e acrescentaram que a subestimação pode ser causada pela vergonha das pessoas de admitirem que poderiam ser portadoras da doença.

<sup>1</sup> https://www.barradoturvo.sp.gov.br/site/prefeitura/covid-19/

<sup>2</sup> Ex. Cajati: 7,8% de casos confirmados, 0,2% de óbitos (https://www.cajati.sp.gov.br/noticia/3747/numeros-da-covid-19-em-cajati).

Em 18 de março de 2020, a prefeitura decretou medidas gerais de quarentena, levando ao súbito fechamento de escolas, lojas e serviços considerados não essenciais, e à supressão de serviços de transporte público, entre outras coisas. Em agosto e setembro de 2020, essas medidas foram flexibilizadas quando o município passou da fase 1 para a fase 2 e depois para a fase 3 do Plano do Estado de São Paulo para enfrentamento ao coronavírus<sup>3</sup>. Isso significou um aumento na capacidade e nos horários de abertura do comércio e dos serviços, mas não das escolas, que permaneceram fechadas até o final de 2020. Além disso, desde meados de novembro de 2020, o município voltou para a fase 2 do plano para enfrentamento ao coronavírus, e até mesmo para a fase 1 durante a época de Natal e Ano Novo.

No âmbito agrícola, pressionada pelas reinvindicações das organizações quilombolas e das comunidades tradicionais do estado de São Paulo, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do estado publicou resolução (resolução SIMA nº 28), no dia 17 de abril de 2020, concedendo autorizações em caráter emergencial para a implantação de roças tradicionais praticadas por povos e comunidades tradicionais no Estado de São Paulo. A implantação das roças, que precisava ser submetida à autorização prévia, foi liberada, levando em conta a importância do isolamento social e da segurança alimentar promovida pelo sistema agrícola tradicional, de roça de coivara. Em dezembro de 2020, através da resolução SIMA n° 111, a medida foi prorrogada até o fim do ano de 2021.

Como resultado dessas medidas, mas também da sua própria vontade de se protegerem do coronavírus, as agricultoras da RAMA, com exceção de algumas jovens, restringiram drasticamente seus contatos e seus deslocamentos na cidade e multiplicaram as medidas de precaução (distanciamento, máscaras, banhos) quando tiveram de ir para lá. Os contatos se mantiveram nos espaços familiares e comunitários, especialmente nos quilombos, onde muitas pessoas continuaram a frequentar as casas dos familiares e a receber parentes da cidade. Restringir esses contatos foi socialmente difícil por várias razões: desde a impossibilidade de estabelecer uma rede de cuidados e ajuda mútua de outra forma, até a percepção de que impor medi-

 $<sup>3\</sup> https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/PlanoSP-apresentacao-v2.pdf.$ 

das de distanciamento seria uma forma inaceitável de desconfiança dentro da comunidade, ou que continuar se vendo dentro da família não oferece risco para a saúde. Na RAMA, a pandemia significou então o isolamento das agricultoras nos espaços familiares e comunitários e, como veremos em seguida, a reorganização das redes e dos seus aliados para manter suas fontes de sustento.

# A difícil reorganização do sistema de atendimento à saúde e o trabalho de cuidado dos doentes em casa

O atendimento básico à saúde em Barra do Turvo é realizado através do programa Mais Médicos. Criado em 2013, esse programa se beneficiou da participação de médicos cubanos até 2018, quando um conflito entre o presidente recém-eleito, Jair Bolsonaro, e o governo cubano levou a sua substituição por médicos brasileiros, geralmente jovens em sua etapa final de formação. Nesse processo, parte das vagas não foi substituída. Em Barra do Turvo, uma das cinco equipes médicas do município não foi renovada. As quatro equipes médicas restantes se dividiram nos territórios de modo a realizarem visitas quinzenais a cada comunidade. Várias comunidades ficaram sem agente de saúde e, portanto, sem vínculo com a equipe.

Por consequência, Barra do Turvo, como muitos outros municípios rurais, entrou na pandemia com um sistema de saúde enfraquecido. Nossas entrevistas com agricultoras da RAMA em junho de 2020 revelaram que, em várias comunidades, as visitas médicas foram interrompidas desde março, sem que houvesse qualquer forma de comunicação do governo municipal a respeito da situação. Em entrevistas com duas interlocutoras locais do setor da saúde, fomos informadas que três médicos tinham se retirado do serviço — dois por razões pessoais e a terceira para frequentar um treinamento de atendimento a pacientes da Covid. O governo municipal não comunicou nas comunidades sobre essa situação, mas criou um conselho de Covid, que organizou o atendimento na única Unidade Básica que permaneceu aberta, a do centro do município, onde as pessoas com suspeita de Covid foram atendidas separadamente dos outros pacientes. Os casos graves da doença não puderam ser atendidos no município, que não possui hospital próprio, e foram transferidos para o hospital de referência da região, em Pariquera-Açu, município que dista 117km da Barra do Turvo. Pelo menos até junho de 2020, os testes foram poucos (139 testes realizados até 23 de junho, dos quais 15 positivos) e reservados para doentes com sintomas de Covid. Também em junho, o governo municipal organizou o recrutamento de agentes comunitários de saúde. As visitas das equipes médicas às comunidades foram retomadas gradualmente em julho de 2020.

No período de ausência do atendimento, de março a junho de 2020, algumas famílias recorreram a consultas particulares, implicando em grandes despesas e em deslocamentos à cidade, que aumentaram o risco de contágio; outras conseguiram atendimento em casa através de relações prévias com políticos da cidade, que deslocavam equipes de saúde através de solicitações que chegavam a seus telefones particulares. Contudo, boa parte das pessoas não teve acesso a nenhuma dessas opções e permaneceu por quatro meses sem qualquer atendimento. Essa situação gerou uma grande ansiedade para várias agricultoras, confrontadas com quadros de diabetes, depressão, febres, diarreias das crianças e acidentes. Algumas delas passaram a cuidar de um membro da família doente ou acidentado. Várias tiveram dificuldade de aceder a remédios de uso controlado, que antes eram trazidos pela equipe de Saúde da Família.

Em suma, o impacto sanitário da pandemia nas comunidades e nas mulheres da RAMA foi sobretudo indireto, devido às dificuldades de acesso ao sistema público de saúde, especialmente no caso de pessoas idosas, com doenças crônicas ou que passaram a cuidar de outra pessoa em casa. Esse impacto foi desigual, sendo que parte das agricultoras da rede, mais jovens, mais saudáveis, ou com menos responsabilidades familiares, não foram expostas a tais problemas.

# A suspensão de aulas e o trabalho de cuidado das crianças em casa

A suspensão das aulas presenciais, como parte das medidas de quarentena tomadas pela Prefeitura de Barra do Turvo em março de 2020, significou a reorganização do ensino em diferentes modalidades. No caso das escolas municipais (nível fundamental), o ensino à distância se deu através de lições entregues em casa pelos funcionários da escola. No caso das escolas estaduais (ensino médio e anos finais do

ensino fundamental), os alunos puderam escolher entre aulas à distância ou recorrer a um sistema de ensino por fichas, que deveriam ser buscadas e depois entregues na escola.

A dificuldade de ter acesso aos materiais didáticos nas comunidades rurais (acesso limitado ou inexistente à internet, distância da escola e falta de transporte), a falta de interação com professoras/es e com outras/os alunas/os deixou a relação de muitas/os alunas/os com a escola alterada. Todas as mães entrevistadas opinaram que o ensino das crianças foi prejudicado e algumas crianças e jovens pararam de estudar A suspensão das aulas também repercutiu amplamente sobre a organização familiar. Quem buscou o material pedagógico nas escolas geralmente foram as mães, tendo que se deslocar longas distâncias, em um contexto em que a disponibilidade de linhas de ônibus na cidade foi reduzida. Além disso, ajudar os filhos nas lições de casa foi uma responsabilidade muito pesada, segundo as mães, por conta da baixa escolaridade delas mesmas, gerando situações de angústia e irritação. Contudo, a presença de filhos (ou netos, sobrinhos) em casa foi uma das consequências da quarentena que mais impactou a vida de muitas mulheres (I.4). Ao mesmo tempo, um desdobramento da suspensão de aulas foi o maior envolvimento de alguns jovens na agricultura (II.4), o que foi ressaltado pelas agriculturas como positivo, tanto para a divisão do trabalho, quanto para a transmissão de conhecimentos e da cultura.

# Outras mudanças em casa: fontes de sustento, redes familiares e divisão do trabalho doméstico

A pandemia levou a importantes mudanças nas necessidades e nas fontes monetárias (renda) e não monetárias (ex. produção de alimentos) de sustentação nas casas das agricultoras da RAMA. Pessoas perderam o emprego ou o trabalho autônomo não agrícola, devido ao fechamento de empresas em setores considerados "não essenciais" pelo governo, à falta de transporte ou à paralisação do turismo. Agricultoras/es foram afetadas/os pelo fechamento das feiras livres e pelas dificuldades de venda de certos produtos, como o leite, no primeiro semestre de 2020. Além disso, o preço de itens de primeira necessidade aumentou, em particular o feijão (cujo preço local chegou a aumentar de R\$5 para R\$10 entre março e julho de 2020, segundo

nossas entrevistas), arroz (de R\$8 para R\$15) e gás, e novos gastos, como o transporte privado em carros compartilhados, apareceram.

Ao mesmo tempo, o auxílio emergencial do governo federal contribuiu na renda de algumas famílias de forma significativa (ver I.6), e a produção para autoconsumo (feijão, hortaliças, frutas...) amorteceu o impacto do aumento do preço dos alimentos no orçamento. A produção diversificada das mulheres voltada para a segurança alimentar também se mostrou central para manter e até aumentar as vendas (parte II). A pandemia gerou uma diversidade de situações: algumas preocupantes, de famílias afetadas pela perda de atividades geradoras de renda e/ou pelo aumento dos preços de base; outras de estabilização econômica, graças à combinação de várias fontes de sustentação, algumas das quais foram temporárias (auxilio emergencial), e outras de fortalecimento das agricultoras, com a valorização e o aumento da produção agrícola, que podem ser duradouras.

Reorganizações também aconteceram nas relações dentro das redes familiares, que perpassam as comunidades rurais e os territórios urbanos, como a região metropolitana de Curitiba. Durante a pandemia, as redes campo-cidade foram mantidas e até reforçadas como espaços de solidariedade. Agricultoras citaram o envio de alimentos para familiares na cidade como uma ajuda para enfrentar o aumento dos preços e como proteção face ao risco de contágio nos supermercados. Por outro lado, mesmo com o agravamento da crise econômica e o aumento do desemprego na cidade, não observamos um retorno massivo de jovens — nem de pessoas mais velhas — para Barra do Turvo. Alguns jovens residindo em Curitiba mantiveram seu emprego e outros se tornaram desempregados, e mesmo assim continuaram vivendo na cidade. Ao contrário, alguns jovens migraram para a cidade durante a pandemia, e inclusive conseguiram novos empregos.

Contudo, a presença de mais pessoas — filhos sem aulas, maridos, jovens e outros parentes sem trabalho fora — dentro de casa todos os dias, durante o dia inteiro, contribuiu de forma significativa para o aumento do trabalho doméstico e de cuidado. Nenhuma das entrevistadas relatou uma melhor divisão desse trabalho com o marido: elas se dizem sobrecarregadas; ou dizem que o marido tem ajudado, mas que já ajudava desde antes da pandemia; ou elas delegaram parte

do trabalho doméstico a suas filhas, em particular para se dedicarem ao trabalho agrícola (II.4). Essa situação parece não ser correlata ao aumento da violência doméstica. Esse tema foi abordado e problematizado, mas nenhuma das entrevistadas relatou tal aumento, consigo mesma ou na comunidade. Entretanto, essa observação deve ser relativizada em um contexto em que, à parte de qualquer efeito da pandemia, "violência doméstica é coisa que mais existe", como lembrou uma agricultora. Como observou também uma liderança comunitária, a paralisação das reuniões dos grupos de mulheres, e de outros espaços de organização da comunidade que tematizavam as situações de violência, tornou sua percepção mais difícil.

# Mudanças nas comunidades: a difícil mobilização em tempos de distanciamento social

Em um primeiro momento, as medidas de distanciamento social significaram a paralisação das reuniões em quase todos os espaços comunitários: associações dos quilombos e de moradores de bairros da agricultura familiar, grupos locais da RAMA e de outras iniciativas no campo da agroecologia, grupos da Pastoral das Crianças<sup>4</sup>, bem como as igrejas. A retomada da participação nesses espaços foi gradual e limitada.

No âmbito agrícola, grupos locais da RAMA e da CSA se reuniram para trabalhos indispensáveis e para organizar a venda de seus produtos em formas adaptadas. Também foram realizadas reuniões menores, apenas com a diretoria das associações locais, para resolver questões urgentes, tais como a inscrição dos quilombos como provedores de produtos agrícolas no PAA, aberto pelo governo federal em julho de 2020. No âmbito social e da ajuda comunitária, a maioria dos espaços ficaram paralisados. Até janeiro de 2021, os grupos da Pastoral das Crianças não se reuniram, e somente algumas igrejas, que foram autorizadas a reabrir em maio de 2020, receberam e distribuíram alimentos e itens de primeira necessidade. Embora a situação possa ter variado entre os bairros, os relatos das agricultoras da RAMA indicam que as doações (cestas básicas) têm sido episódicas, vindo, além de algumas igrejas, de projetos vinculados a univer-

<sup>4</sup> Voltadas à melhoria da nutrição infantil e ao acompanhamento de mulheres gestantes.

sidades e à empresa Nestlé, dentro de uma parceria com a Prefeitura Municipal. Essas ações filantrópicas não foram combinadas com as organizações comunitárias.

Portanto, a manutenção, em um nível mínimo, das formas de organização comunitária tem visado, como prioridade, a operacionalização de ações coletivas na produção e comercialização agrícola, confirmando a centralidade dessa atividade nas respostas locais à pandemia. O tempo normalmente dedicado às reuniões, particularmente pelas mulheres da RAMA, foi consideravelmente reduzido, liberando tempo para o trabalho agrícola ou para compensar o aumento das tarefas de cuidado e domésticas. É provável que essa situação se reverta nos próximos meses e poderia ser a ocasião para uma discussão sobre as reuniões que as mulheres dizem sentir falta — as da Pastoral das Crianças, da RAMA em particular, que são também espaços de encontro e de socialização, onde "todo mundo vem, come, fala, faz bagunça" — e outras que às vezes sobrecarregam suas agendas.

# Acesso aos programas sociais emergenciais e ações dos governos

No período de abril a dezembro de 2020, o auxílio emergencial do governo federal se constituiu como o principal programa social emergencial em âmbito nacional. No nível estadual, o programa "Merenda em Casa", com um valor — modesto — de R\$55 por dois meses, foi destinado para famílias de baixa renda com crianças em idade escolar. No nível local, o governo municipal, cuja capacidade fiscal já limitada foi ainda mais reduzida pela crise, não desenvolveu programas emergenciais.

Entre as 17 mulheres da RAMA entrevistadas em junho e julho de 2020, 12 estavam recebendo o auxílio emergencial e 5 não estavam recebendo, seja porque estavam declaradas como agricultoras familiares ou aposentadas ou porque eram menores de idade. Das mulheres que estavam recebendo o auxílio, a maioria já era beneficiária do programa Bolsa Família, registradas no CadÚnico, o que lhes dava acesso automático. As que não estavam beneficiárias citaram diversos problemas de acesso: impossibilidade de se cadastrar pelo aplicativo (falta de internet, erros de sistema incompreensíveis), falta de res-

posta do aplicativo e da central de atendimento telefônico, ausência de acompanhamento por funcionários do serviço social ou da plataforma da Caixa Econômica Federal, e filas enormes de espera no único ponto de saque do município, em muitos casos terminando em esgotamento das cédulas. Dependeram dos filhos ou de outras pessoas da comunidade para conseguir se cadastrar e, em alguns casos, certos membros da família não conseguiram receber o auxílio (particularmente homens, que não estavam cadastrados no CadÚnico). O programa "Merenda em Casa" apresentou problemas mais graves ainda. A maioria das agricultoras da RAMA não conseguiu acesso ao benefício, ou teve acesso a apenas uma das parcelas, ou não tentou.

As agricultoras da RAMA reconhecem que o auxílio federal foi "muito importante" para enfrentar quedas na renda e/ou aumento nas despesas. Ao mesmo tempo, sua percepção sobre os programas emergenciais foi inseparável das dificuldades de acesso, resultando em um sentimento comum de "desgoverno" e de "desprezo pelos pobres" por parte do governo. Apesar dessa crítica radical, pode-se supor que a segurança gerada por esse auxílio favoreceu as estratégias de médio ou mesmo longo prazo na agricultura, evitando estratégias mais precárias de sobrevivência (busca de pequenos empregos, migração para a cidade) e contribuindo para a resiliência das mulheres e das famílias rurais.

Em resumo, as agricultoras da RAMA não escaparam do aumento da carga de trabalho de cuidado no contexto da retirada dos serviços de saúde e educação devida à pandemia. Apesar das dificuldades de acesso ao auxílio emergencial e das questões substantivas levantadas pelo sistema desumanizado de acesso a tal auxilio, ele proporcionou uma renda valiosa que permitiu responder aos choques da pandemia no orçamento das famílias, em um momento em que o funcionamento das organizações comunitárias ainda estava limitado.

# II. Respostas e resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede

A experiência da RAMA nos permite compreender as respostas baseadas na agricultura agroecológica protagonizada pelas mulheres, que foram possíveis apesar desse contexto.

## De mutirões e reuniões até a organização virtual

Antes da pandemia, as agricultoras da RAMA se reuniam regularmente nos bairros para reunidas (trabalho agrícola coletivo) e para a preparação de entregas, e no nível da rede para mutirões e reuniões gerais. As agricultoras também recebiam as técnicas da SOF em casa e participavam de reuniões (p. ex. eventos, formações) organizadas pela SOF ou por aliados políticos (p. ex. encontros dos grupos de consumo responsável, oficinas de construção de redes comunitárias de comunicação nos quilombos), na Barra do Turvo ou fora do município e até da região. Esses encontros em diferentes níveis costumavam ser ao mesmo tempo operacionais (decisão sobre produção, vendas, etc.), políticos (debates e formações, em particular no campo do feminismo e da agroecologia) e tinham uma dimensão de relação interpessoal e emocional (cantar, ler poemas, dançar, se abraçar, orar).

Com a pandemia, quase toda atividade operacional e política migrou para espaços virtuais. Apesar de uma cobertura insuficiente da internet, as reuniões da RAMA ocorrem à distância, graças a um formato original de troca de mensagens no grupo de WhatsApp, em um horário e com uma agenda pré-determinada proposta pela SOF. Dessa forma, as mulheres da RAMA chegaram a novos acordos, principalmente sobre a forma de reorganizar as vendas (II.2 e II.3). Alguns grupos locais seguiram se reunindo presencialmente para fazer reunidas ou preparar as caixas de produtos para entregas, mas no conjunto essas reuniões têm sido pouco frequentes. Através das redes sociais, membros de grupos de consumidores mobilizaram outros contatos com movimentos sociais, ansiosos para comprar produtos de mulheres rurais engajadas na agroecologia. A fim de fornecer cestas de alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade na cidade, as redes militantes também levantaram fundos em plataformas de financiamento on-line, acessaram editais e realizaram outras

campanhas de arrecadação financeira, e chamaram a RAMA para fornecer os produtos.

O uso intensivo de meios de comunicação virtuais em nível interno (RAMA e SOF) e com aliados políticos permitiu manter as relações interpessoais, apesar do isolamento social, e garantir a continuidade da produção e comercialização da RAMA. Essa rede de afinidade política mostrou-se resiliente na medida em que as fortes relações de confiança construídas antes da pandemia permitiram que os participantes organizassem rapidamente ações coletivas para responder às contingências da pandemia. Desde o início do isolamento social, rostos, emoções e laços pessoais têm sido lembrados através do envio de fotos, vídeos e áudios. Novos contatos — por exemplo, com movimentos sociais interessados em comprar os produtos das mulheres — também foram tecidos através de relações pessoais.

As fortes relações interpessoais nesse tipo de rede constituem o potencial, mas também o limite, de sua atual transformação virtual. Mesmo que todas as agricultoras entrevistadas assumam que a RAMA continua "caminhando" e "enraizada", sentem falta dos encontros e festas que faziam, dos momentos em que podiam "desabafar um pouquinho", voltar para casa com mudas, sementes, novas receitas e aprendizados, ou com a sensação de terem ensinado algo. Apesar dos esforços para manter uma comunicação rica e sensível, existe um risco visível de exaustão dessa forma de comunicar-se. Esse risco intensifica o maior tempo gasto no isolamento social, especialmente quando alguns conflitos aparecem e precisam ser mediados (p. ex., para a admissão de novas mulheres na RAMA). Outro limite claro do funcionamento virtual é a exclusão de algumas agricultoras, devido à falta de acesso à internet em certos bairros, ao custo de equipamentos e pacotes de dados, ou à falta de conhecimento sobre essas tecnologias.

## Vendas diretas: entre fechamento das feiras livres e reorganização solidária

A pandemia trouxe grandes mudanças na organização das feiras de que as mulheres participavam. Algumas feiras que as mulheres faziam esporadicamente deixaram de acontecer, como aquelas or-

ganizadas pelo Servico Social do Comércio (SESC) na cidade de Registro. Outras, como a Feira do Produtor no município da Barra do Turvo, continuaram acontecendo, mas sem ajustes na sua organização (apenas com uma frequência menor), fazendo com que a maioria das mulheres da RAMA deixassem de ir, devido ao risco de contaminação. Finalmente, a Feira de Economia Solidária e Agroecologia de Registro, realizada quinzenalmente em parceria com o movimento pela economia solidária do município, foi totalmente reorganizada.

A Feira de Agroecologia e Economia Solidária de Registro é um canal de comercialização diferente dos demais, por ser construído sobre bases solidárias e coletivas e ter seu funcionamento baseado na autogestão há alguns anos. Os ajustes na organização da feira, nesse caso, aconteceram a partir do diálogo das agricultoras com os consumidores através de um grupo de WhatsApp e relações virtuais. Para que as vendas continuassem acontecendo, foi combinado que a praça que sedia a feira se transformaria em um ponto de retirada de pedidos, previamente encomendados e separados pelas agricultoras. Apenas três agricultoras — que não são do grupo de risco para Covid, possuem carro e moram no mesmo bairro — seguem indo para Registro realizar as vendas. No início da pandemia, levavam também produtos de mais três grupos de mulheres. Ao longo do tempo, isso mudou, mas elas seguem sempre mandando produtos de pelo menos mais um grupo. Para elas, o trabalho aumentou muito: precisam estar atentas ao WhatsApp, organizar cada pedido, sair mais cedo de casa para passar nas comunidades das companheiras, mantendo os cuidados com a higiene e distanciamento. Em compensação, elas recebem uma participação (10% do preço de venda) das outras produtoras para os gastos de gasolina e pedágio, bem como pequenas atenções, como o envio de lanches ou bolos.

A forma autônoma de organizar a feira abriu a possibilidade de reorganização e de protagonismo das agricultoras nesse canal de vendas, mas também traz desafios: a existência da feira é constantemente desafiada pela falta de estrutura e local garantidos pelo poder público, pela necessidade de uma grande quantidade de trabalho ativista para que ela aconteça, e pelos desafios inerentes à autogestão, que são mais difíceis de resolver na ausência de encontros e reuniões presenciais.

## Vendas por redes militantes: a produção diversificada das mulheres como fator de resiliência e de soberania alimentar

Antes da pandemia, as mulheres da RAMA vendiam seus produtos para São Paulo em dois tipos de mercados: para uma rede de Grupos de Consumo Responsável, que funcionava com sete grupos; e para institutos ligados à economia solidária, como os institutos Chão, Baru e Feira Livre. No segundo semestre de 2019, a média de vendas foi de R\$7.651 mensais, distribuídos entre as 34 mulheres que comercializavam na RAMA.

A partir do mês de abril de 2020, vários grupos de consumo que compõem a rede começaram a criar e participar de campanhas de solidariedade, com o objetivo de doar alimentos para comunidades periféricas, indígenas, escolas e outros grupos afetados pela pandemia. Ao mesmo tempo, um grupo parou de funcionar e chegaram grupos com outros fins, como realizar compras para abastecer moradias coletivas, centros terapêuticos e vendas de cestas de alimentos agroecológicos. Sete deles passaram a integrar a rede, sem deixar de se abastecer de alimentos de outros agricultores, principalmente de assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cooperativas da agricultura familiar e pequenos produtos do cinturão verde de São Paulo.

Contudo, desde o início da pandemia, o número de grupos de consumo que compõem a rede que compra produtos da RAMA flutuou, mas com uma tendência de aumento. Os institutos também passaram a fazer compras maiores, o que resultou em um aumento expressivo das entregas. Em alguns meses depois do início da pandemia, o volume de venda em reais chegou a ser maior que o triplo do valor que se comercializava em um mês pré-pandemia. No mês de agosto de 2020, recorde de vendas, a RAMA comercializou mais de R\$26.000 em produtos, distribuídos entre as 51 mulheres que comercializaram. As redes mostraram sua capacidade não apenas de estabilizar, mas de expandir a demanda em um momento em que os outros mercados se encolhiam.

A chegada dos novos grupos tem diferentes motivações. Por ser uma rede com uma relação campo-cidade estabelecida há alguns anos, diver-

sos ativistas da cidade conhecem, indicam e divulgaram a RAMA para seus contatos. Outro motivo importante é a variedade de produtos que as mulheres ofertam. Em fevereiro de 2020, por exemplo, elas ofereceram 250 produtos diferentes, entre alimentos in natura, processados, fitoterápicos, mudas, artesanatos, carnes e laticínios. Para quem está na cidade, essa é uma grande vantagem de um circuito de comercialização que atende o conjunto das necessidades da vida, vinculando alimentação e saúde (quantidade e qualidade dos alimentos, que contribuem para o sistema imunitário). Essa capacidade da RAMA foi construída ao longo dos anos, com o apoio da SOF e de articulações mais amplas, como o Grupo Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), através de múltiplas ações que visaram valorizar a produção agrícola diversificada mantida por mulheres desde a ótica da soberania alimentar. Enquanto a modernização agrícola focou na especialização produtiva direcionada ao aumento do rendimento a curto prazo, em programas que visavam homens considerados chefes de família, a abordagem feminista da agroecologia valorizou a produção diversificada, voltada para o cuidado socioambiental e realizado principalmente por mulheres (Zuluaga et al., 2018). Além disso, por estarem organizadas em rede há anos, a RAMA possui saldos organizativos que representam vantagens para os consumidores, como o subsídio que a prefeitura da Barra do Turvo dá em relação ao valor do frete dos alimentos, o que representa um gasto pequeno em transporte, que reflete no preço dos produtos.

O preço de venda praticado pelas agricultoras, por ter esse subsídio no frete, por ser construído coletivamente com os consumidores e estar baseado em um compromisso social, é menor do que os preços geralmente praticados por outros produtores agroecológicos e, ao mesmo tempo, é maior do que os preços em mercados institucionais como o PAA ou o PNAE. Durante o ano de 2020, o preço dos alimentos comercializados pela RAMA se manteve o mesmo, ainda que o preço de produtos (por exemplo, arroz e feijão) nos supermercados tenha subido muito<sup>5</sup>. No geral, as agricultoras

<sup>5</sup> Segundo dados da Associação Paulista de Supermercados (APAS), a inflação acumulada de janeiro a julho de 2020 foi de 23,1% para o arroz e de 21,1% para o feijão. Em perspectiva anual acumulada, de julho de 2019 a julho de 2020, esses números foram de 25,5% e 48,37% respectivamente. Fonte: https://portalapas.org.br/inflacao-de-alimentos-impacta-orcamento-familiar/.

se mostraram satisfeitas com os valores pelos quais elas vendiam a maioria dos alimentos. No momento de escrever este texto (janeiro de 2021), elas estavam discutindo, pela primeira vez desde o começo da pandemia, sobre a necessidade de ajustar o preço de alguns produtos, como o feijão, para compensar o aumento geral do custo de vida, que as afeta também como consumidoras. Contudo, a estabilidade dos preços nesse tipo de vendas, combinada com a estabilidade e até aumento da demanda, teve um papel destacado, tanto para a resiliência das agricultoras face ao fechamento de outros canais de venda, quanto para o acesso a alimentos de qualidade por consumidores urbanos.

Entre março e dezembro de 2020, alguns alimentos, como aqueles frequentemente incluídos nas cestas e nas doações (mandioca, inhame, banana e limão), começaram a ser vendidos em maior quantidade, levantando novas perguntas. Por um lado, devido ao aumento dessa demanda, alguns grupos de mulheres venderam todo o excedente que possuíam. Em alguns casos, chegou a ter mais pedidos do que o volume disponível, nos questionando sobre o risco de pressão sobre a produção destinada ao autoconsumo e às doações ou trocas com familiares. Por outro lado, o aumento das vendas por cestas (em vez da venda por lista aberta ou nas feiras) poderia forçar uma redução da variedade, mas ela acabou sendo pequena — de 250 produtos diferentes em fevereiro de 2020, para 235 em setembro do mesmo ano. Enquanto a variedade permanecer firme, a venda por cestas também tem vantagens: como os consumidores não podem escolher o que vem na cesta, acabam conhecendo alimentos que não teriam comprado por vontade própria, mas que estão mais alinhados com a capacidade produtiva das mulheres, a cultura do Vale do Ribeira e o ciclo das estações. Ao mesmo tempo, as agricultoras têm seu trabalho diminuído, pois conseguem vender mais "caixas fechadas" dos produtos, o que diminui o trabalho na colheita, na montagem dos pedidos e no preenchimento das notas.

Essa experiência mostra a importância que a expansão das vendas por redes militantes teve, não só para as agricultoras, mas também para quem passou pela pandemia na cidade: através dos grupos de consumo e das campanhas de doação, a soberania alimentar nessas redes se fortaleceu durante a pandemia. A forma de fazer agroeco-

logia das mulheres mostrou sua resiliência nas duas pontas: com a produção fortalecida, as condições de vida asseguradas e o protagonismo das mulheres demostrado no campo, e com o fortalecimento e a ampliação do acesso à comida diversificada e de qualidade na cidade.

Experiências similares de vendas por redes agroecológicas urbano-rural na Zona da Mata, como demostrado no capítulo sobre a zona da mata desta publicação, confirmam esses resultados. Em Barra do Turvo, as agricultoras da RAMA que participam das vendas da Cooperafloresta, dentro de circuitos organizados pela cooperativa, como a Rede Ecovida, também indicam que a demanda por seus produtos subiu. Pelo menos até outubro de 2020, a CSA, que envolve agricultores e agricultoras dos bairros Indaiatuba e Córrego da Onça — algumas delas membras da RAMA — junto com consumidores em Curitiba, teve suas vendas mantidas<sup>6</sup>. De forma complementar, cooperativas, comunidades ou famílias têm acessado novos editais para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, lançados pelos governos para serem entregues, geralmente na forma de cestas, a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. Em Barra do Turvo, comunidades quilombolas participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que teve um novo ciclo iniciado em julho de 2020, graças a um esforço político das lideranças dessas comunidades, entre as quais a maioria eram mulheres. Esses mercados institucionais têm preços estáveis — geralmente mais baixos e menos negociáveis do que nas redes militantes — mas sua ocorrência está submetida a decisões e relações políticas e não diretamente a construções coletivas.

## A reorganização da produção e do trabalho das agricultoras e na família: tendências e desafios

O aumento sustentado das vendas da RAMA ao longo de vários meses desde o início da pandemia nos levou a questionar as mudanças na produção. Essa interrogação fez-se necessária, tanto para entender a dinâmica de cultivos destinados à venda ou à autosuficiência

<sup>6</sup> Ver o relato de duas agricultoras membras da RAMA e da CSA no vídeo « Conexões da Terra: Mulheres do Campo e da Cidade », realizado pelo SESC Consolação, disponível em: https://www.instagram.com/tv/CHN1117AWrj/.

no nivel familiar e comunitário (autoconsumo, trocas e doações), diante da tendência de concentração das vendas de alguns produtos (II.3), quanto para avaliar o risco de uma sobrecarga de trabalho das mulheres versus a oportunidade de renegociação da divisão sexual do trabalho.

Nossa amostra de 17 agricultoras para esta segunda fase da pesquisa (ver introdução) ilustrou que a maioria das transformações se deram no caminho do aumento da produção, com alguns casos pontuais de diminuição. Uma parte expressiva dessas mudanças foram relacionadas aos eventos decorrentes da pandemia. No entanto, ao avaliar com as mulheres os diversos elementos que fizeram com que seu trabalho e sua produção mudassem durante o ano, descobrimos que nem todos eles tinham relação — direta ou indireta — com a pandemia. Os efeitos das mudanças climáticas (estiagem e calor excessivo), limitações no ritmo de trabalho impostas por doenças crônicas, o aumento das doenças entre os animais de criação e os projetos de comercialização e ATER que ocorrem no território também influem sobre o ritmo e a capacidade de produção das mulheres.

#### Mudanças relacionadas à pandemia da Covid-19

Como resultado desse conjunto de fatores, das 17 entrevistadas, 16 declararam aumentos em pelo menos uma área de produção (horta, roça de arroz, outra roça, pés de fruta, processados, plantas medicinais, criação de animais ou outra). Os aumentos foram particularmente expressivos nas roças (16 casos de aumento, média estimada de +160%) e nas hortas (14 casos, média estimada de +150%). Os aumentos também foram significativos nos processados, pés de fruta, plantas medicinais e criação.

Tabela 1: Aumentos nas áreas de produção, março a novembro 2020

Área de produção	Roça	Horta	Pés de fruta	Proces- sados	Plantas medici- nais	Criação	Roça de arroz	Outra
Número total de aumen- tos*	16	14	8	7	5	4	1	5
Dentre os quais, núme- ro de novas áreas	O	2	4	2	0	3	1	1
Média das mudanças percentuais**	160%	150%	200%	150%	200%	50%	-	80%

<sup>\*</sup> Entre 17 agricultoras entrevistadas.

As entrevistas com as mulheres, com foco nos fatores de mudança ligados à pandemia, mostram que os aumentos apontam para uma diversidade de usos e estratégias, inclusive de médio e longo prazo, e estão relacionados tanto com a autossuficiência das famílias — na segurança alimentar e na produção própria do alimento dos animais e sementes — quanto com o aumento de ofertas para comercialização.

No campo da segurança alimentar, o aumento da produção visou substituir as compras no mercado ou dar conta de um aumento da demanda por alimento na família (filhos que voltaram da cidade, envio de alimentos para filhos na cidade ou filhos fazendo mais refeições em casa por conta da ausência da alimentação escolar). Uma minoria das agricultoras citou ainda a necessidade de produzir mais para realizar doações a pessoas próximas. Em um caso, os aumentos foram relacionados com a soberania sobre as próprias sementes, multiplicando-as para construir bancos de sementes mais sólidos, e, em três casos, com o aumento da produção própria destinada para a alimentação dos animais, principalmente bovinos, búfalos, animais de transporte e porcos. No caso da alimentação das galinhas, em geral a produção de milho das agricultoras não é suficiente para alimentar

<sup>\*\*</sup> Esta média é calculada nos casos de aumento da área de produção, excluindo os casos de novas áreas (o aumento seria infinito). Estes percentuais foram arredondados para a dezena mais próxima, para levar em conta a margem de erro existente em sua estimativa.

todo o plantel, e há necessidade de comprar mais milho no mercado. A pandemia ocasionou uma tendência de aumento nos preços dos insumos, inclusive do milho em grão. Devido a esse fato, mas também ao aumento da disseminação da Doença Newcastle na região (anterior à pandemia), várias agricultoras diminuíram sua criação de galinhas durante 2020. É importante sublinhar que esse é o único caso em que o aumento de preço de um insumo repercutiu, junto com outro fator (doença das galinhas), na diminuição da produção. Fora esse caso particular, o modelo agroecológico mostrou um alto grau de autonomia em relação às mudanças dos preços de mercados agrícolas. Adicionalmente, a liberação da abertura de roças de coivara, decisão baseada no reconhecimento, por parte do Estado, de que o sistema agrícola tradicional quilombola viabiliza a reprodução da vida (ver I.1), atuou para a expansão da produção para a segurança alimentar nessas comunidades.

O aumento da produção foi impulsionado pelo aumento das vendas da RAMA, que representa grande parte do volume de vendas das agricultoras. As outras formas de venda que certas agricultoras acessam, como o CSA, as vendas através da Cooperafloresta e o PPA, e que também tiveram aumentos desde o começo da pandemia, se somaram à dinâmica de aumento da produção. Finalmente, nossas observações sugerem que o aumento expressivo da produção das agricultoras durante o período março-novembro de 2020 teve a capacidade de responder tanto às exigências de autossuficiência quanto ao aumento das vendas. O risco de pressão das vendas sobre a produção para autossuficiência parece ser controlado.

#### A (não) reorganização da divisão sexual do trabalho

A crise econômica e a necessidade de realizar o isolamento social fizeram com que muitos homens, maridos das agricultoras entrevistadas, diminuíssem sua carga de trabalho nas ocupações que realizavam, geralmente em serviços agrícolas pagos por diárias na região, como instalação de cercas e carpida de áreas, trabalhos que tiveram a demanda diminuída. Há também aqueles que trabalhavam na cidade e que foram demitidos ou tiveram a carga de trabalho reduzida. Um terceiro caso é relativo aos homens que trabalham quase exclusivamente com produção de carne e leite de búfala e que, após o início da

pandemia, passaram a receber menos pelo trabalho realizado, pois o preço pago pelos produtos por parte dos frigoríficos e laticínios caiu substancialmente devido à crise econômica.

Isso se refletiu em uma maior presença dos homens dentro da unidade agrícola. Algumas agricultoras relataram que, devido ao aumento das vendas nos mercados acessados por elas, os maridos passaram a ter mais trabalho na produção familiar. No entanto, esse trabalho segue a divisão sexual já vigente, ou seja, eles passaram a trabalhar mais, mas naquelas funções que já exercem tradicionalmente: carpidas, abertura de novas áreas, instalação de cercas, podas de árvores e manejo dos animais de grande porte.

Ainda que as mulheres estejam mais ocupadas no cuidado com os filhos (I.3), isso não se apresentou como um empecilho ao aumento do trabalho agrícola delas. Muitas levam os filhos junto com elas para a roça, ou os deixam sob a responsabilidade de alguém enquanto trabalham. Esse trabalho de cuidados das crianças menores, em muitas famílias, é realizado com a ajuda das filhas jovens, permitindo que as mulheres mais velhas não se sobrecarreguem, mas refletindo também na reduzida inserção das filhas mulheres no trabalho agrícola. Enquanto os filhos homens e os maridos não participam do trabalho doméstico e de cuidado, se dedicam integralmente ao trabalho na roça e adquirem conhecimentos e experiência que favorecem sua posterior inserção laboral nesse setor. A tendência de inserção de filhos homens na produção da família aumentou durante a pandemia, por conta da ausência das aulas presenciais na escola. Cinco agricultoras citaram esse caso e apenas uma citou aumento de participação de sua filha mulher no trabalho na agricultura. O caminho que as filhas mulheres costumam seguir após o término do ensino médio (ou antes) é a migração para a cidade, frequentemente para trabalhar no trabalho doméstico e de cuidados (Hillenkamp e Lobo, 2019). As mudanças no trabalho familiar causadas pela pandemia não parecem ter alterado significativamente essas tendências. Observamos uma ligeira alteração na divisão geracional do trabalho das famílias, mas o mesmo não pode ser dito em relação à divisão sexual do trabalho.

Quando perguntadas sobre a visão dos maridos em relação à organização e aos canais de comercialização abertos pelas mulheres, com

destaque para o trabalho na RAMA, as agricultoras afirmaram que os maridos apoiam essas iniciativas, e que alguns deles gostam de poder estar trabalhando mais na produção familiar, o que só foi possível por conta dos caminhos abertos por elas. Esse apoio dos maridos aparece, na fala das mulheres, muito vinculado ao aumento da renda familiar que o trabalho delas proporcionou, através da expansão da comercialização. O fato de que esse apoio apareceu com mais força apenas quando as mulheres passaram a comercializar em grande volume sugere que a produção que elas já vinham realizando para o autoconsumo não era reconhecida pelos homens. Nesse sentido, a participação das mulheres na RAMA fez com que as relações de gênero na família fossem alteradas, mas isso não significa o reconhecimento da totalidade do seu trabalho. A fronteira entre trabalho remunerado socialmente valorizado e trabalho não remunerado invisível permanece. Quando o assunto é a autoridade sobre as decisões na produção, elas afirmam que tomam a maior parte das decisões sozinhas, e às vezes com o conjunto da família. Disso decorre a hipótese de que, uma vez que os canais de venda são estabelecidos através da organização das mulheres, elas ganham autonomia e a possibilidade de negociar melhor as relações de gênero na família, mas que essas negociações são lentas e dependem não apenas de capacidades individuais, mas também de processos coletivos de politização.

## Percepções da pandemia e política: politizar as respostas práticas da RAMA?

Em textos acadêmicos, meios de comunicação e análises dos movimentos sociais no Brasil e internacionalmente, a pandemia da Covid-19 tem sido considerada como um sinal decisivo dos limites do modelo agrícola dominante, relacionado com práticas de desmatamento, perda da biodiversidade e aceleração da emergência e disseminação de novos vírus (Ellwanger et al., 2020). A agroecologia, baseada no trabalho de cuidado socioambiental, foi destacada como uma alternativa. Agricultoras contribuem particularmente para tal, devido à responsabilidade feminina socialmente atribuída a esse tipo de trabalho, como destacado em particular pelo Grupo Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia e pela SOF (Saori e Lobo, 2020). Esse tipo de leitura da pandemia traz sentido político às res-

postas práticas das mulheres da RAMA, que estão intensificando sua produção agroecológica e seu trabalho de cuidado socioambiental.

Nossas entrevistas mostraram que esses debates, que atualmente acontecem em espaços virtuais alternativos animados principalmente por movimentos sociais e algumas universidades, chegam às agricultoras da RAMA de forma limitada, geralmente na forma de repasse de informação por lideranças locais ou pelas técnicas da SOF no grupo de WhatsApp da rede. Em geral, as agricultoras não relacionaram esses debates com a própria realidade e o próprio trabalho. Nas entrevistas, sua leitura da origem da pandemia foi principalmente factual, por exemplo, traçando sua propagação a partir da China, e religiosa. Face à angústia gerada pela pandemia, muito pelas imagens transmitidas na televisão que as tornam "tristes" e até "paranoicas", a maioria das agricultoras acompanham missas e programas em canais ligados às igrejas. Esses programas encorajam comportamentos mais responsáveis e solidários, ao mesmo tempo que veiculam uma leitura da pandemia como uma prova de Deus que pode, em certos casos, sobressair a uma leitura política.

Ao mesmo tempo, as agricultoras não recebem as notícias da televisão de uma forma acrítica. Ao contrário, consideram que é sempre necessário "ir filtrando" e procurando outras fontes de informação, nas redes pessoais e sociais. Entretanto, nossas entrevistas mostraram que essas fontes servem principalmente para confrontar dados factuais — como o número de casos e mortes por coronavírus ou as condições de acesso à ajuda — e não para se aproximar de um debate sobre as causas econômicas e políticas da pandemia. Antes da pandemia, as agricultoras da RAMA participavam de projetos e formações feministas organizados em particular pela SOF, que situavam seu trabalho no debate político, destacando seu valor social, ambiental e econômico. Esse tipo de formações e encontros presenciais constituía o espaço chave para vincular a crítica abstrata ao sistema capitalista e patriarcal com a própria realidade. A pandemia o interrompeu.

Durante a pandemia, o compromisso político das mulheres da RAMA foi expresso sobretudo na reafirmação prática dos laços de solidariedade dentro da rede (ajuda mútua) e para com os consumidores (manutenção dos preços, até mesmo doações). Elas também

têm mantido sua participação nos espaços locais, como associações de bairro, de quilombo, Pastoral da Criança e outros espaços comunitários, dentro dos limites do seu funcionamento durante a pandemia e ainda que por vezes elas próprias não considerem essa participação como sendo de natureza política. Articular a posição da RAMA construída ao longo dos anos (crítica ao modelo agrícola dominante, de valorização da agroecologia e do trabalho de cuidado protagonizado por mulheres) com uma leitura crítica das causas da pandemia e das alternativas poderia contribuir para dar um sentido positivo e político às respostas práticas à pandemia que as mulheres da RAMA construíram ao longo de quase um ano. A retomada gradual das reuniões presenciais e das possibilidades de formação política facilitarão esse processo.

#### Conclusão

Desde março de 2020, a pandemia da Covid-19 e sua gestão governamental tiveram um impacto trágico nas condições de vida das classes trabalhadoras no Brasil, inclusive nas áreas rurais. As mulheres da RAMA não escaparam do aumento da carga de trabalho de cuidado resultante desse contexto, especialmente para aquelas que cuidam de pessoas idosas ou doentes ou de crianças em idade escolar. Ao mesmo tempo, o caso dessa rede, apoiada por uma ONG feminista e inserida em um denso tecido de alianças com coletivos urbanos há muito tempo envolvidos em movimentos sociais, demonstra claramente a capacidade de resposta da economia solidária e feminista.

A mobilização dessas redes para continuar comprando produtos da RAMA no início da pandemia se transformou gradualmente em uma dinâmica de articulação com outros movimentos sociais e vários tipos de ações de solidariedade, que resultaram em um aumento de três vezes nas vendas entre o primeiro e o segundo semestre de 2020. A diversidade da oferta da RAMA contribuiu amplamente para a demanda dos consumidores, que reconheceram sua capacidade de atender às necessidades básicas da vida através da alimentação e da saúde. Além disso, as agricultoras mantiveram seus preços estáveis e mesmo inalterados até dezembro de 2020, em contraste com as

tendências dos mercados agrícolas e da inflação dos produtos de base no Brasil.

Longe de ser um caso isolado, a capacidade de resposta da RAMA pode ser encontrada em outros coletivos agroecológicos, como ilustrado pelas outras iniciativas em Barra do Turvo e na Zona da Mata abordadas neste livro. A particularidade da RAMA reside em sua prática de uma agricultura altamente diversificada, que tem sido valorizada desde a abordagem feminista da agroecologia introduzida localmente pela SOF. Entretanto, em todas essas iniciativas, as dificuldades têm sido e permanecem onipresentes — desde o contexto geral, incluindo a interrupção do auxílio emergencial em janeiro de 2021, até as dificuldades específicas da comunicação à distância e perguntas sobre a continuidade de certos tipos de vendas, em particular as ligadas a doações. Durante o ano de 2020, a retomada gradual das compras dos produtos da agricultura familiar para populações vulneráveis, através do PAA, do PNAE ou de outros acordos ad hoc com governos locais, ajudou a estabilizar as vendas das agricultoras e contribuiu para a segurança alimentar.

A experiência da RAMA também mostra que o ano de 2020 já deixou mudanças notáveis e que podem ser duradouras na produção das agricultoras agroecológicas. O aumento sustentado das vendas, bem como o desejo de aumentar sua própria autossuficiência (segurança alimentar, redes de ajuda, plantas medicinais, sementes, ração animal), levaram à decisão da maioria das agricultoras de aumentar as áreas de produção. Esse aumento tem sido muito expressivo, particularmente nas roças e hortas, e a posição das mulheres à frente das vendas da RAMA tem lhes dado uma grande autonomia nesse tipo de decisões. Essa parte de seu trabalho — que não deve fazer esquecer a produção não-monetária destinada à autossuficiência atrai o reconhecimento em suas famílias e comunidades. Essa é uma conquista notável em um contexto ainda marcado pela violência patriarcal, mas não significa uma divisão mais equitativa do trabalho. Desde o começo da pandemia, homens, incluindo alguns jovens, se envolveram mais no trabalho agrícola liderado pelas mulheres, mas não no trabalho doméstico e de cuidado, que segue sendo dividido entre as mulheres — mães e filhas.

Politizar as respostas práticas que foram construídas pelas agricultoras agroecológicas — da RAMA e de outros coletivos feministas e agroecológicos locais — e seus aliados desde o início da pandemia é um passo necessário para aprofundar os avanços, especialmente através da renegociação — sempre lenta e difícil — da divisão sexual do trabalho. A denúncia do conflito capital/vida que ameaça a reprodução da vida em escala do planeta, a valorização do trabalho de cuidado socioambiental realizado em grande parte por mulheres subalternas e a afirmação concreta de alternativas foram reiteradas pela crise atual. A gradual saída do isolamento social deve possibilitar a renovação das energias coletivas necessárias para politizar e aprofundar as ações engajadas.

#### Referências

ELLWANDER, Joel Henrique, KULMAN-LEAL, Bruna, KAMINSKI, Valéria, et al., "Beyond diversity loss and climate change: Impacts of Amazon deforestation on infectious diseases and public health", Anais da Academia Brasileira de Ciências, vol. 92, n° 1, 2020.

HILLENKAMP, Isabelle, LOBO, Natália (2019), **Mulheres jovens do campo traçando caminhos: aprendizados de uma "pesquisação"**, Relatório de pesquisa, Paris, São Paulo, Institut de recherche pour le développement, SOF, https://hal.ird.fr/ird-02307845v1, https://www.sof.org.br/mulheres-jovens-do-campo-tracando-caminhos-aprendizados-de-uma-pesquisacao.

SAORI, Sheyla e LOBO, Natália, "Mulheres em rede, agroecologia, cuidados e resistências no Fórum Popular da Natureza", Brasil de Fato, 16/06/2020.

ZULUAGA SÁNCHEZ, Gloria Patricia, CATACORA-VARGAS, Georgina, SILIPRANDI, Emma (org.), **Agroecología en femenino. Reflexiones a partir de nuestras experiencias**, La Paz, Bolivia, SOCLA, CLACSO, 2018.

# Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19: a experiência das agricultoras agroecológicas da Zona da Mata de MG

Liliam Telles, Thalita Rody, Nayara Lopes de Castro, Cecília Maria Santiago e Isabelle Hillenkamp

## Introdução

O estudo apresentado nesta publicação é parte de um esforço conjunto para compreender os impactos da pandemia de Covid-19 sobre a vida das agricultoras da Zona da Mata de Minas Gerais e as alternativas construídas por elas para responder às mudanças impostas neste novo contexto de crise sanitária, econômica e política.

Como mencionado na introdução geral desta pesquisa, ao todo, foram entrevistadas 19 agricultoras de 8 municípios (Acaiaca, Viçosa, Sem Peixe, Muriaé, Barão do Monte Alto, Divino, Espera Feliz e Simonésia), com um roteiro comum aos dois estudos de caso, na Zona da Mata e no Vale do Ribeira (SP). As entrevistas na Zona da Mata foram realizadas entre os meses de agosto e outubro de 2020, de maneira presencial com 7 agricultoras e, à distância, por meio de celular ou ligação de WhatsApp, com 12 agricultoras. O perfil das agricultoras envolvidas foi definido para captar distintas realidades do território, e incluiu entrevistas com lideranças, mulheres de base, de diferentes idades e com diferentes aproximações a redes de agroecologia em seus municípios, a maioria delas assessorada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM).

Os municípios abrangidos nesta pesquisa são, em sua maioria, pequenos, com população inferior a 30.000 habitantes, sendo três com população inferior a 10.000 habitantes. Destoam dessa característica apenas Viçosa, com cerca de 80.000 e Muriaé com mais de 100.000 mil habitantes. Todos estão localizados na Zona da Mata e Leste de Minas Gerais, região inscrita no bioma Mata Atlântica, com densa

cobertura florestal e relevo acidentado. Uma característica fundiária importante é a predominância de pequenas propriedades da agricultura familiar, com uma produção diversa e, em muitos casos, baseada na produção agroecológica. Espera Feliz, Divino e Simonésia, que ocupam a porção mais a nordeste do território, compõem uma região cuja produção, embora esteja também centrada na diversificação da agricultura familiar, tem o café arábica como um importante produto para a economia local.

Acaiaca e Sem Peixe situam-se na porção noroeste da Zona da Mata e apresentam características voltadas à diversificação da agricultura familiar, baseada, sobretudo, na produção de milho, feijão e na criação de gado de leite. Contam também com a presença de organizações produtivas protagonizadas por mulheres. Ainda, esses municípios sofrem com os impactos do crime da Samarco Mineração S.A., com o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana. O rompimento, em 2015, resultou no derramamento de milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, afetando os agroecossistemas, a qualidade e o acesso à água, as relações comunitárias e interpessoais, a saúde das pessoas e dos animais, dentre outros danos, cujas ações de reparação por parte da empresa responsável pelo crime socioambiental é ainda incipiente.

Viçosa é um município tradicionalmente universitário, com a presença marcante da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e de outras instituições de nível superior, sendo sua economia baseada no setor de comércio e serviços, além da agricultura e pecuária. O setor de serviços não agrícolas, especialmente o trabalho informal na realização de faxina para o público universitário, é uma alternativa econômica importante para as mulheres no município. Uma das comunidades rurais envolvidas nesta pesquisa está em processo de autorreconhecimento como remanescente de quilombo e as famílias ainda não detêm a documentação da terra. Em decorrência disso, não possuem a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), documento de reconhecimento da categoria da agricultura familiar e que possibilita o acesso a políticas públicas específicas, como a comercialização para os mercados institucionais e o crédito rural.

Muriaé e Barão do Monte Alto, por sua vez, estão inseridos numa região marcada pela produção diversificada da agricultura familiar, incluindo algumas cadeias produtivas mais estruturadas como a do café e do leite. Muriaé também é reconhecido pela presença do campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste) e pela produção de queijos e outros laticínios; e Barão de Monte Alto, pela produção de arroz da agricultura familiar agroecológica, entre outros produtos.

Como se vê, os municípios envolvidos nesta pesquisa são diversos, ainda que apresentem características comuns em diferentes planos. No plano agrícola, existe uma tendência de a agricultura diversificada ser uma responsabilidade feminina, enquanto que a agricultura mais especializada (café, leite etc.) fica sob responsabilidade masculina, ainda que em determinados períodos do ano, como no caso da colheita do café, todos os membros da família se envolvam no trabalho. Vários estudos mostram como a produção agroecológica feminina é orientada pela preocupação — socialmente construída — das mulheres com a saúde, a segurança alimentar e a preservação da biodiversidade, caracterizando-se, entre outras coisas, pela diversificação na produção de alimentos, tanto de origem vegetal quanto animal (Siliprandi, 2015; Action Aid, 2009; GT Mulheres, 2008). Outra característica comum à região, no plano político, é a desorganização e a disputa entre as distintas esferas de poder para o enfrentamento à Covid-19, decorrente da demora e dos problemas da implementação do auxílio emergencial do governo federal (ver introdução), aliadas à morosidade do governo do Estado de Minas Gerais e à pluralidade de ações tomadas pelas administrações municipais de maneira isolada.

Este texto está organizado em duas partes principais. A primeira trata dos principais impactos da pandemia e do isolamento social na vida das agricultoras e suas comunidades, as novas dinâmicas de organização do trabalho que ocorreram no período e as vulnerabilidades das agricultoras para o acesso à saúde. A segunda parte apresenta as iniciativas de resistência e adaptação para a construção de alternativas econômicas protagonizadas pelas agricultoras, através da comercialização e da produção para o autoconsumo.

## O isolamento social em comunidades rurais e práticas de cuidado durante a pandemia

O início da pandemia, em março de 2020, conforme afirmam as agricultoras, foi bastante difícil. Havia um sentimento de incerteza, medo e insegurança generalizado. As administrações municipais ainda não haviam implementado estratégias eficazes para orientação à população, mas, por outro lado, iniciaram medidas de segurança como a restrição da mobilidade, a suspensão da circulação de ônibus, das aulas, dos cultos religiosos, o fechamento dos mercados (feiras e comércios locais) etc.

No período de realização das entrevistas, pode-se considerar que os municípios em que se realizou a pesquisa ainda haviam sido pouco afetados pela Covid-19, uma vez que os índices de casos confirmados e óbitos informados nos boletins epidemiológicos municipais indicavam uma baixa incidência da doença. Contudo, é difícil fazer qualquer afirmação mais criteriosa a esse respeito, face à desarticulação e às divergências entre as ações tomadas no âmbito do governo do Estado e dos municípios. Resulta daí a dificuldade de acesso às informações sobre a incidência da Covid-19, que permanecem dispersas nos municípios e nem sempre acessíveis.

Nesse contexto de insegurança e ainda pouca informação sobre o avanço dos casos de contaminação nos municípios, a solidariedade e a reciprocidade nas relações familiares e de vizinhança foram fundamentais para permitir o isolamento social. Isso foi particularmente importante para as pessoas idosas, que puderam ter acesso a medicamentos, realizar serviços bancários etc., por meio da ajuda de outras pessoas. Assim, reduziu-se o deslocamento e a circulação de pessoas até a cidade, evitando que as pessoas idosas ficassem mais expostas à contaminação por Covid-19.

De maneira geral, as agricultoras relataram que também foram tomadas algumas medidas de cuidado em casa, como o uso de máscara e de álcool em gel, além de lavar as roupas ao retornar da cidade. No entanto, o isolamento social nas comunidades rurais ocorreu limitando o contato a grupos de pessoas mais próximas, como amigos e familiares, e, especialmente, com quem já se mantinham relações de trabalho, como a troca de dias de serviço, ainda comum no meio rural. Na relação com familiares, uma agricultora relatou que, apesar das medidas de restrição de mobilidade, ocorreram visitas de parentes que residem na cidade e, inclusive, em outros estados bastante afetados pela Covid-19, como São Paulo.

No que tange às relações de trabalho, especialmente no período da "panha" (colheita) do café, as famílias costumam se juntar para fazer a colheita coletivamente, por empreitada. No contexto da pandemia essas atividades foram realizadas em grupos menores, entre famílias que residem próximas e com as quais já se estava em contato. Esse período da "panha" de café trouxe muita preocupação às agricultoras, uma vez que há algumas fazendas mais capitalizadas que contratam mão de obra externa, devido ao volume de produção. Uma agricultora relatou que, nesse período em sua comunidade, houve um trânsito intenso de pessoas que vieram de outras regiões a trabalho e que não utilizavam máscara ou outras medidas de segurança, aumentando os riscos de contaminação com Covid-19.

Algumas agricultoras também relataram que, a partir do segundo semestre de 2020, os municípios flexibilizaram as medidas de segurança, possibilitando a reabertura do comércio, de cultos religiosos etc., o que fez com que as pessoas também relaxassem nos cuidados. No período da campanha eleitoral, especialmente entre os meses de setembro e novembro de 2020, isso se agravou pelo aumento da circulação e a aglomeração de pessoas, trazendo bastante insegurança para as agricultoras.

Esses relatos evidenciam que a dinâmica de isolamento social nas áreas rurais foi e tem sido distinta das áreas urbanas, realizada normalmente em grupos familiares ou delimitados por relações de vizinhança e trabalho. Essa dinâmica mais coletiva de isolamento social, permeada por relações de reciprocidade, foi essencial para a organização de redes de solidariedade para suprir as demandas, especialmente das pessoas mais idosas ou vulneráveis. Por outro lado, demonstram que as comunidades em que existem propriedades mais capitalizadas, de médios e grandes produtores, ficaram mais vulneráveis aos riscos de contaminação por Covid-19, em função da contratação sazonal massiva de trabalhadores de outras regiões.

## Novas dinâmicas, velhos problemas: a organização do trabalho doméstico e de cuidados durante a pandemia

De modo geral, o primeiro momento de isolamento social mais drástico, iniciado em março de 2020, alterou a rotina das agricultoras não apenas pela maior restrição à mobilidade. Com mais pessoas permanecendo em casa por mais tempo, e com as demandas de higienização mais intensivas como medidas de prevenção, houve um aumento na demanda de limpar a casa, lavar louça, preparar mais refeições por dia, e outras atividades domésticas. As agricultoras que têm filhos em idade escolar tiveram sua rotina alterada com a suspensão das aulas na rede pública de ensino; e as que residem com filhos pequenos, que ainda não estão em idade escolar, relataram que a demanda por cuidado com as crianças continuou intensa.

No entanto, ainda que haja semelhanças, as entrevistas demonstraram que há condições diferentes entre as agricultoras, principalmente em função do impacto da pandemia sobre sua disponibilidade de tempo. O caso de duas mulheres lideranças revela que, ao ficar mais tempo em casa, elas puderam reorganizar o tempo para se dedicar à produção e a outras atividades que já haviam planejado, mas não tinham podido realizar em função das atividades que desenvolvem como diretoras de seu sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF). Aquelas que têm filhos em idade escolar foram as que mais demonstraram dificuldades, pelo fato de a suspensão das aulas presenciais ter mantido crianças ou jovens mais tempo em casa. Todas as agricultoras que têm filhos em idade escolar (6 de 19 entrevistadas) passaram a despender mais tempo para auxiliar os/as filhos/as com os estudos. Em alguns casos, o grau de escolaridade das agricultoras é menor do que o dos/as filhos/as, o que implica num aspecto dessa nova dinâmica na pandemia, que é a sobrecarga emocional das mulheres, que percebem as dificuldades de aprendizado das crianças e jovens, mas se sentem despreparadas para ajudá-las/os.

As escolas, por sua vez, embora tenham suas especificidades, têm lidado de maneira semelhante nos municípios, com a seguinte dinâmica: enviam o material impresso para os/as estudantes mensalmente — um lapso de tempo muito longo —, geralmente entregue

em algum ponto de referência da comunidade, para que as famílias (em geral as mães) o busquem, e as atividades são devolvidas ao final do mês, na escola, para a avaliação das professoras. Nesse momento, novos conteúdos são repassados e assim ocorre sucessivamente. No entanto, algumas agricultoras relataram que as crianças e jovens não estavam conseguindo acompanhar o conteúdo e, sem o espaço presencial em aula para sanar dúvidas, o processo de aprendizado estava muito prejudicado.

Essa falta de contato com a escola teve um profundo impacto, não apenas nos processos de aprendizagem, senão também de socialização das crianças, como revela o caso de uma das agricultoras que relatou que o filho estava sentindo muita falta de ir à escola, pela convivência com as outras crianças. Em casa, como é o filho mais novo, não tinha com quem brincar, e isso demandava mais tempo da agricultora para pensar em brincadeiras e entretenimento para ele. Algumas vezes ela o deixava ir à casa da vizinha, que também tem uma filha pequena, mas isso gerava tensão naquele momento de isolamento social.

Além do cuidado com as crianças, algumas agricultoras relataram um aumento nos cuidados com as mães idosas, especialmente para a higienização do corpo e das roupas, quando saem para algum serviço na cidade. Duas jovens relataram que também têm dado apoio aos vizinhos quando recorrem a elas. Uma delas disse que mudou muito sua rotina pelo fato de não poder frequentar as aulas na Escola Família Agrícola (EFA) em que estuda e relatou, ainda, que tem sido bastante demandada por outras mulheres de sua família, que residem na comunidade, para dar apoio às crianças em idade escolar.

Já no caso das agricultoras que residem com filhos que trabalhavam em serviços não agrícolas (2 das 19 entrevistadas), no comércio local, ambas relataram um dilema no período de isolamento. Por um lado, maior era a possibilidade de contrair Covid-19 pelos que continuaram trabalhando; e, por outro, a situação de desemprego que implica na redução na renda, mas também por significar a desocupação do tempo dos filhos com o trabalho.

O caso de uma agricultora ilustra a complexidade das situações geradas pelo isolamento para as famílias que têm condições de vida mais precárias, resultando na responsabilização das mulheres pelo trabalho de cuidados. No início das medidas de restrição no município, essa agricultora deixou de trabalhar como babá na cidade, devido à ausência do transporte público. Ela relata que, por ficar mais tempo em casa, conseguiu perceber a gravidade do problema com o uso de drogas por um filho. No início não conseguia dialogar com ele, mas, com o passar do tempo, foi tentando outras maneiras para se reaproximar e lidar com a situação. A ausência de atendimento psicológico pelo SUS dificultou muito o enfrentamento dessa situação em casa e, embora tenha tentado conversar com ele muitas vezes, o ponto de inflexão se deu quando o filho, que era o único com emprego entre os membros da família, se deparou com a despensa vazia, e percebeu que o dinheiro que estava gastando com drogas poderia ser utilizado para a alimentação da família. Segundo a agricultora, foi uma situação muito difícil, e restou a ela dar o suporte a ele naquele momento.

Algumas agricultoras também relataram que, em sua totalidade, o trabalho aumentou. As atividades de produção (colheita de café, plantio de milho, manejo da lavoura, etc.) são divididas com a família, uma vez que todos, ou quase todos, estão em casa. Entretanto, quando se trata da produção para o autoconsumo e do trabalho doméstico e de cuidados, mesmo com aumento substancial das demandas, este, em geral, não foi distribuído entre os membros da família, o que implicou em mais acúmulo de trabalho para as agricultoras.

Quando o trabalho doméstico é compartilhado, em geral são as filhas jovens que dividem essa atividade com as mães. Algumas agricultoras relataram que o marido e os filhos homens também "ajudam", mas é uma divisão desigual, pois sempre "sobra mais para elas". Apenas uma das agricultoras, que não tem filhas, disse que teve que reorganizar as tarefas com os filhos, pois não estava "dando conta" de todo o trabalho doméstico sozinha. No entanto, ela relata que "[...] teve que falar várias vezes até eles entenderem [...]", e, ainda assim, entre os filhos, o mais jovem é quem tem assumido a maior parte das atividades, reclamando que os irmãos contribuem pouco.

Em síntese, durante o período de isolamento social, em geral muitas mulheres ficaram sobrecarregadas, não apenas com o trabalho físico realizado na produção para o autoconsumo e no âmbito doméstico

e dos cuidados, mas também emocionalmente. Além de terem que lidar com as incertezas geradas pelo contexto da pandemia e com alguns conflitos familiares que se intensificaram, ainda foram as mais responsabilizadas pelas demandas escolares dos filhos. Isso nos alerta para o fato de que, mesmo no contexto das redes de agroecologia, em que a democracia e a solidariedade são valorizadas, a divisão sexual do trabalho permanece praticamente inalterada, reforçando as desigualdades de gênero e penalizando as mulheres.

#### Vulnerabilidades para o acesso à saúde em tempos de Covid-19

A pesquisa demonstrou que as vulnerabilidades impostas pela Covid-19 à saúde das agricultoras se deram principalmente de duas maneiras. A primeira está relacionada às limitações para o acesso ao sistema de saúde devido às medidas sanitárias, uma vez que os serviços de atendimento nas unidades de saúde mais próximas das comunidades rurais foram suspensos ou reduzidos, e exames e consultas, adiados. Em função disso, as agricultoras, quando precisaram de atendimento para si ou para outros membros da família, em alguns casos, tiveram que se deslocar para a cidade ou procurar atendimento privado, despendendo recursos para consultas e exames.

Apenas três agricultoras relataram que a unidade de saúde existente na comunidade continuou realizando atendimentos, com limitação de pessoas e horários. Uma delas disse que "no início [...] tava atendendo só quem já tava fazendo acompanhamento e agora [setembro de 2020] já tá atendendo mais geral, mas priorizando casos de Covid".

Sobre o acesso à saúde pública, a maioria das agricultoras apontou que, no primeiro semestre de 2020, os atendimentos estavam sendo feitos apenas para emergências, até que a flexibilização começou a ocorrer. Várias agricultoras precisaram de atendimento odontológico, psicológico ou de consultas que já estavam marcadas há muito tempo e que foram suspensas, mesmo para pessoas idosas. O trabalho de agentes de saúde e os atendimentos médicos, que, em boa parte das comunidades, era realizado quinzenalmente, também foram suspensos durante o primeiro semestre de 2020.

O segundo aspecto está relacionado à dificuldade para conseguir atendimento psicológico e o acompanhamento/tratamento de saúde mental, seja para as agricultoras ou seus familiares, num período em que esse tipo de serviço se fez extremamente necessário, pela intensidade e tipo de impacto da pandemia para esse público. Esse serviço, que já era precarizado, foi suspenso ou ficou sobrecarregado pelo aumento da demanda, ficando praticamente inacessível às agricultoras.

Por diferentes razões, a maior parte das agricultoras se sentiu muito ansiosa no início da pandemia. Seja por não saber como seria a experiência de isolamento social; pelas dificuldades das crianças para se adaptar ao ensino remoto; ou pela sobrecarga de trabalho para as mães, chegando, em alguns casos, a ter crises de ansiedade devido ao cansaço psicológico. As mulheres lideranças que atuam em organizações como sindicatos, associações ou cooperativas relatam ainda que ficaram com receio de entrar em depressão devido à impossibilidade de participar de reuniões e realizar as atividades pelas quais eram responsáveis. Uma delas explica que houve muita tensão nesse período inicial, pois alguns familiares não queriam que ela fosse para a cooperativa e, ao mesmo tempo, ela sabia que criar as alternativas de comercialização era fundamental naquele momento, tanto para ela (financeira e emocionalmente), quanto para as outras famílias. Essa tensão gerou sérios problemas de saúde para ela naquele momento.

As contingências multidimensionais resultantes do isolamento social, num contexto em que tanto o governo federal quanto o estadual assumiram uma posição negacionista em relação à pandemia, acabam sendo delegadas à esfera doméstica. A familiarização da gestão da pandemia ocorreu com uma maior responsabilização e sobrecarga emocional das mulheres, como apontam as agricultoras, dizendo que se sentem psicologicamente cansadas ou que "a cabeça não funciona muito bem", porque há muitas coisas acontecendo no âmbito familiar e sob sua responsabilidade. Uma delas disse que às vezes esquece as coisas. Uma jovem relatou que "[...] a gente tem um desgaste emocional bem grande"; outra agricultora disse que "[...] na pandemia, não tem como o psicológico da gente andar certinho, não, tem hora que ele fica meio apavorado".

Em geral, os relatos evidenciam que os efeitos da Covid-19 ocorreram de maneira desigual entre as mulheres, dependendo em particular da carga de trabalho físico e emocional no nível familiar e nas organizações, no caso das lideranças, e apontaram um tipo de dilema insolúvel, na medida em que a ansiedade surge como elemento recorrente, tanto como efeito do isolamento social como no retorno à rotina, a qual implica riscos de contágio de Covid-19. Isso pode ser observado no relato de uma das agricultoras que, com a reabertura do comércio, a partir do segundo semestre de 2020, tentava ficar tranquila e manter o equilíbrio, mas como a comunidade estava voltando ao "normal", isso a deixava mais tensa pelo risco de contágio.

## Impactos econômicos da pandemia e a função das políticas públicas

Um dos efeitos da pandemia sobre os municípios foi de ordem econômica, em função do aumento do custo de vida e, sincronicamente, da restrição das atividades econômicas das famílias agricultoras, com o fechamento de espaços de comercialização direta, como as feiras, ou da suspensão da venda de produtos para os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além do trabalho agrícola, as mulheres que tinham como importante fonte de renda a realização de trabalhos não agrícolas, como serviços de faxina, babá etc., também foram impactadas pelas medidas de isolamento social e pela restrição da circulação de transporte entre as comunidades e a cidade, especialmente no primeiro semestre de 2020. Isso também ocorreu com filhos e maridos que trabalhavam no setor agrícola e não agrícola fora da comunidade, aprofundando as dificuldades econômicas.

De modo geral, as agricultoras relataram que o custo de vida aumentou pelo menos entre 30% e 50%, em função do aumento nos preços do mercado, especialmente de itens básicos, como arroz, feijão, óleo e carne. Algumas também identificaram o aumento no custo de materiais de construção e de insumos para a produção agrícola, como esterco, adubo e milho. Apenas uma jovem agricultora relatou que reduziu o custo de vida, pois, com o isolamento social, deixou de participar de atividades externas de articulação e formação, das quais participava com recursos financeiros próprios. Ao mesmo tempo, em

geral, as agricultoras relataram que o fato de mais pessoas ficarem em casa, por mais tempo, repercutiu sobre o aumento de despesas com alimentação e energia elétrica, por exemplo. Uma das agricultoras disse que "a conta de luz da nossa casa, dobrou o preço" e outra que "coisa que fazia com duzentos reais, não faz mais. A despesa na minha casa pode falar que ficou três vezes mais cara".

Aliado a isso, em função das medidas de segurança e isolamento social, principalmente no primeiro semestre de 2020, as prefeituras interromperam a compra de produtos da agricultura familiar para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e proibiram o funcionamento das feiras municipais ou agroecológicas, canais importantes de comercialização, a preços mais justos, para os produtos das agricultoras. Esse cenário de perda de canais de comercialização e redução da renda das famílias, aliado ao aumento do preço de alimentos e itens básicos de consumo — que não são produzidos por elas nos seus agroecossistemas —, impactou no aumento do custo de vida, segundo a percepção das entrevistadas.

Apesar das condições de aumento do custo de vida com o preço dos alimentos subindo drasticamente, coincidindo com a maior demanda por alimentação em casa, de modo geral, as agricultoras afirmaram que não chegou a faltar dinheiro na família, com exceção de duas agricultoras de uma comunidade rural em Viçosa. Uma agricultora também relatou ter feito um empréstimo com a CRESOL no início da pandemia, apenas por garantia em caso de redução na renda. Nos municípios em que a cafeicultura tem uma relevância econômica, as agricultoras relataram que a colheita foi boa, comparada com anos anteriores, e o preço de mercado também, o que ajudou a equilibrar a renda das famílias.

As agricultoras da comunidade rural em Viçosa que está em processo de autorreconhecimento como remanescente de quilombo se mostraram mais vulneráveis economicamente. Ainda que trabalhem na produção para o autoconsumo e eventualmente em serviços agrícolas, realizados em propriedades rurais, a principal fonte de renda monetária é a realização de serviços não agrícolas, geralmente em atividades de faxina ou trabalho como babás. Com a perda dos

postos de trabalho tiveram dificuldades para pagar as contas de água e de energia elétrica. No caso de uma delas, até faltou comida para a família.

Diante desse quadro, o auxílio emergencial teve um papel importante na manutenção da renda, para garantir as condições de reprodução da vida durante a pandemia, especialmente nos primeiros meses em que as alternativas de comercialização ainda não haviam sido construídas e as políticas como PAA e PNAE estavam paralisadas. Esses relatos demonstram que os impactos econômicos também se deram de maneira desigual, afetando mais aquelas famílias cujo acesso à terra é mais precário e dependem do trabalho não agrícola para gerar uma renda.

## O protagonismo das agricultoras na construção de alternativas econômicas

Ao longo do ano de 2020, entretanto, percebeu-se o aumento da capacidade de resiliência das famílias e organizações na relação com os mercados, por meio de iniciativas inovadoras com forte presença das agricultoras na sua construção. Argumentamos que essa participação ativa das agricultoras se deu em função da maior responsabilidade feminina na diversificação da produção agrícola. Com o início da pandemia e a maior preocupação com a saúde pelas/os consumidoras/es, houve uma maior procura por alimentos saudáveis e diversificados, incluindo as plantas medicinais, cuja produção normalmente é realizada pelas mulheres, decorrente das designações de gênero.

Além disso, o pertencimento a redes de agroecologia, de comercialização dos produtos em circuitos curtos (feiras, venda em casa etc.) e a organizações econômicas como cooperativas e grupos produtivos de mulheres, que valorizam a diversidade produtiva, possibilitou a adaptação e construção de novas estratégias de resiliência face à pandemia. Sistemas agroalimentares localizados, apoiados nas relações de confiança preexistentes entre agricultoras/es e consumidoras/es, possibilitaram a criação de novas formas de comercialização e fornecimento de alimentos e outros produtos da agricultura familiar.

Em geral, essas iniciativas tiveram impactos coletivos, tanto sobre o aumento do número de famílias envolvidas no fornecimento de pro-

dutos, quanto na ampliação da rede de consumidores/as. Algumas agricultoras relataram que, em função do fechamento do comércio varejista, houve um aumento na demanda pela diversidade de produtos agroecológicos pelos/as consumidores/as, equacionada alguns meses depois, com a reabertura do comércio local. Iniciativas de comercialização interessantes foram identificadas nos municípios de Divino, Espera Feliz, Simonésia, Acaiaca, Viçosa e Muriaé.

No município de Divino, uma das agricultoras relatou sobre uma iniciativa de venda através das redes sociais, como WhatsApp, para a entrega de cestas. Com a proibição da feira, importante fonte de renda para a família, sua cunhada, que trabalha na zona urbana do município e tem muitos contatos, passou a oferecer os produtos para suas clientes e para as pessoas que já compravam os produtos na feira. Com isso, se estruturou uma rede de fornecimento de cestas de produtos agroecológicos in natura e beneficiados, em que as pessoas recebem a lista de produtos disponíveis semanalmente e fazem seus pedidos por WhatsApp. Segundo a agricultora, isso possibilitou o envolvimento de outras pessoas da família, que residem próximas, na diversificação da produção, especialmente com a produção de hortifrutigranjeiros.

Para o esposo da agricultora, que também é membro da diretoria de uma cooperativa da agricultura familiar no município, a entrega de cestas não possibilitou um aumento da renda, pois o que antes comercializavam sozinhos (ele e a esposa), passaram a dividir com outras famílias (irmãos, pais etc.) para que essa fosse uma alternativa econômica para mais pessoas. No entanto, o fato de terem conseguido constituir esse grupo familiar de produção agroecológica permitiu pensar outros processos de comercialização e beneficiamento de produtos de maneira coletiva, entre eles o café que é produzido por todas as famílias. No momento da entrevista, a família estava dialogando com técnicos/as da EMATER e da vigilância sanitária para a construção de um espaço de beneficiamento do café — que também serviria para outros produtos — e a possível formalização do grupo de produção. Também estavam fazendo a prospecção de mercado consumidor para a diversidade de produtos das hortas e para o café em pó em Belo Horizonte, capital mineira.

No município de Espera Feliz, o relato da agricultora mostrou que a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (Coofeliz) teve um aumento na comercialização de produtos diversificados, realizada por meio das entregas para o PAA da UFV, além de asilos, creches e alguns grupos de venda direta no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Viçosa (Rede Raízes da Mata¹). A agricultora relata que a Coofeliz também fechou um convênio com a Secretaria de Assistência Social, que passou a distribuir tíquetes para a aquisição de produtos agroecológicos, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais), para famílias atendidas pelo Centro de Referência em Assistência Social do município (CRAS), totalizando 20 famílias por mês. A parceria com a Assistência Social foi mediada por relações de reciprocidade, previamente existentes, entre algumas pessoas da Coofeliz e a assistente social.

Além dessas iniciativas organizadas localmente pela Coofeliz, a agricultora relata que ampliou o fornecimento de alguns produtos, em função de duas iniciativas construídas pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM): as entregas de cestas de produtos agroecológicos para famílias em situação de vulnerabilidade, com recursos da Fundação Banco do Brasil (FBB); e o Programa de Aquisição de Alimentos, executado pela UFV, com recursos de emendas parlamentares. Com isso, a agricultora relata que dobrou a quantidade de canjiquinha e fubá fornecidos para a Coofeliz e, ainda, que passou a fornecer ovos caipiras. Apenas para o CTA, ela forneceu 150 kg de canjiquinha e 100 kg de fubá agroecológicos até setembro de 2020, quando a entrevista foi realizada.

No município de Simonésia, duas agricultoras destacaram uma iniciativa da prefeitura de manter a aquisição de alimentos da agricultura familiar, durante a pandemia, para a entrega de cestas às famílias em situação de vulnerabilidade social, para garantir o direito humano à alimentação adequada. Outra iniciativa, construída pela ação de duas jovens que atuam na Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária

l A Rede Raízes da Mata foi criada em Viçosa-MG em 2011, para atuar na Zona da Mata mineira com o objetivo de aproximar agricultores/as, produtores/as e consumidores/as e favorecer a comercialização de produtos agroecológicos. Atualmente, também tem contribuído ativamente para a constituição de um Sistema Participativo de Garantia, visando a certificação da produção orgânica e agroecológica sobre bases mais democráticas e autônomas.

de Simonésia (Coopersi), foi a criação de um sistema de vendas por WhatsApp e que depois passou a utilizar a plataforma livre Open Food Brasil. Essa iniciativa, segundo as agricultoras, é inspirada na ideia de criação de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura² (CSA) e, por esse motivo, ficou conhecida pelas/os agricultoras/es do município como CSA.

Uma das agricultoras relata que, com essa iniciativa da prefeitura, somada ao fornecimento de produtos para o PNAE e para a CSA, chegou a vender cerca de R\$500,00 (quinhentos reais) por semana, quando antes vendia cerca de R\$100,00 (cem reais) semanalmente. Em média, ela calcula que dobraram as vendas. Outra agricultora relata que as entregas pela CSA aumentaram muito e que durante a pandemia as entregas, que antes eram quinzenais, passaram a ser semanais. Além do aumento da quantidade de produtos fornecidos, ela destaca que algumas coisas que a família não tinha o hábito de entregar agora estão tendo demanda, como plantas medicinais e algumas frutas típicas.

No município de Muriaé, uma das agricultoras entrevistadas, que é membra da diretoria da Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária (Coopaf), aponta que a organização sofreu forte impacto com a queda na comercialização dos produtos alimentícios no início da pandemia, sobretudo em função do cancelamento das entregas para o PNAE, que vinha sendo a maior fonte de renda da cooperativa. Por esse motivo, em meio às dificuldades financeiras, tensões e incertezas, tiveram que reduzir custos e pensar alternativas. Os salários dos/as diretores/as foram reduzidos pela metade, passaram a alternar turnos de trabalho, e foi necessário acessar o recurso do governo federal (MP 936) para o pagamento de parte do salário dos funcionários.

Com a perda de mercados importantes, a Coopaf e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais articularam uma parceria com a Superinten-

<sup>2</sup> CSA é um modelo de trabalho conjunto entre agricultores/as e consumidores/as: um grupo fixo de consumidores/as se compromete por um ano (em geral) a cobrir o orçamento anual da produção agrícola. Em contrapartida os/as consumidores/as recebem os alimentos produzidos pelo sítio ou fazenda sem outros custos adicionais. Dessa forma, o/a agricultor/a, sem a pressão do mercado e do preço, pode se dedicar de forma livre a sua produção. E os/as consumidores/as recebem produtos de qualidade, sabendo quem os produz e onde são produzidos.

dência Regional de Ensino de Muriaé, vinculada à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), para a venda de produtos da agricultura familiar para a rede estadual de ensino. Nesse caso, devido ao fato de as escolas permanecerem fechadas, os produtos adquiridos pela SEE/MG eram organizados em cestas básicas e entregues às famílias das/os estudantes. Além disso, também se conectaram à estratégia coordenada pelo CTA, em parceria com partidos políticos (emendas parlamentares), instituições públicas (UFV) e redes de agricultoras/es agroecológicas/os para a execução do PAA/UFV.

A agricultora informa que o grupo de panificados a que ela pertence chegou a comercializar 1.300 kg de produtos por meio dessa iniciativa. Ela também menciona que forneceram 600 kg para a prefeitura de Barbacena, mas o preço foi muito baixo e a comercialização para o PAA/UFV possibilitou equilibrar as contas, para não terem prejuízo.

No município de Acaiaca, desde o início das medidas de isolamento social, a prefeitura passou a adquirir produtos da agricultura familiar por meio da Cooperativa da Agricultura Familiar de Acaiaca (Cooapra), para entrega de cestas básicas para as famílias em situação de vulnerabilidade. Com isso, uma das agricultoras entrevistadas informa que a produção de pães, realizada pelo grupo de mulheres do qual ela faz parte, em uma padaria comunitária, aumentou de 125 pra 400 unidades semanais. Outra agricultora, que também comercializou a produção por meio do PAA/UFV, avalia que esse foi um canal importante para escoar seus produtos, pois, naquele momento, havia sido interrompida a aquisição dos alimentos para o PNAE, retomada posteriormente pela prefeitura municipal e convertida em kits para entrega às famílias das/os estudantes.

A rápida retomada da aquisição, por parte da prefeitura, de produtos da agricultura familiar via PNAE foi de extrema importância, sobretudo para as mulheres do município que produzem alimentos agroecológicos. Uma agricultora relatou a dificuldade de escoar sua produção no início da pandemia, já que havia plantado hortaliças e legumes em quantidade suficiente para fornecer para a alimentação escolar. Assim que as aulas foram suspensas, parte dessa produção foi comercializada na própria comunidade e para vizinhos de comunidades próximas, ou doada, e grande parte foi perdida, uma vez

que não havia possibilidades de escoamento. A retomada da política pública, segundo ela, além de possibilitar a venda de sua produção, permitiu o acesso de famílias em situação de vulnerabilidade a alimentos de qualidade, o que corresponde a um propósito social de grande relevância em contexto de escassez.

A iniciativa da Campanha Periferia Viva³, protagonizada pelo Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e pelo CTA/ZM na Zona da Mata mineira, possibilitou às agricultoras de Viçosa comercializarem aproximadamente 700 kg de produtos e cerca de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) entre setembro e dezembro de 2020. A maior parte dessa produção teria sido perdida pela falta de canais de comercialização. Uma das agricultoras considerou que "foi sagrado" ter comercialização os produtos para a Campanha Periferia Viva, pois os preços foram muito bons. Iniciativas como essa, menos burocráticas, foram fundamentais para viabilizar a comercialização da produção de agricultoras em condições mais vulneráveis, como as que não possuem DAP, por exemplo.

O conjunto desses dados mostra que o pertencimento a redes de agroecologia possibilitou a construção de estratégias diferenciadas e rapidamente articuladas de comercialização dos produtos. A imersão social das práticas econômicas possibilitou a ampliação das redes de consumidores/as e da demanda por alimentos agroecológicos num momento em que predominava o fechamento dos mercados. Essas redes podem se distinguir analiticamente em três formas distintas, conforme suas características específicas de demandas, preços e acesso ou construção: a) redes militantes, cuja construção depende da articulação por organizações de assessoria e movimentos sociais (ex. Projeto Periferia Viva) e cujos preços são, geralmente, mais altos; b) redes familiares; e c) redes de políticas públicas, como é o caso do PAA e PNAE, com capacidade de absorção (demanda) maior e acesso mais burocrático, em função de critérios, orientações e relações políticas em diferentes níveis.

<sup>3</sup> A Campanha «Periferia Viva - Solidariedade para combater o Coronavírus» foi lançada em abril de 2020 e é uma iniciativa dos movimentos sociais do campo do Projeto Popular para o Brasil, organizada desde o início da pandemia de forma a mobilizar esforços para que as periferias do país, as mais atingidas pelo vírus e pela crise econômica, se mantivessem vivas.

As mulheres têm uma participação importante na construção das relações de confiança em nível local, por seu papel na comercialização direta nas feiras, e que permitiram inovações na relação com os/as consumidores/as, em particular a organização por meio de plataformas digitais como o WhatsApp e a Open Food Brasil. As relações de reciprocidade, presentes tanto nas redes familiares como nas redes militantes e de políticas públicas, possibilitaram que mais famílias se engajassem em processos de comercialização agroecológicos, assentados na produção diversificada protagonizada pelas mulheres. Adicionalmente, promoveram a distribuição de alimentos saudáveis às famílias em situação de vulnerabilidade social nos municípios, com preços justos pagos às agricultoras.

## A produção para autoconsumo como alternativa econômica

Ao analisar a dinâmica do autoconsumo das famílias durante a pandemia, foi possível perceber que o aumento de preços de itens da cesta básica teve dois efeitos principais: a redução da compra de itens supérfluos e de carne; e o aumento da produção vegetal e/ou criação animal para o autoconsumo.

Boa parte das agricultoras relatou que comprava apenas a carne bovina no mercado que, com o aumento do preço dos alimentos, foi substituída pela carne de frango, suínos e pelo maior consumo de ovos. As agricultoras relataram que já produziam em quantidade suficiente para o consumo da família, mas o aumento da demanda por produtos agroecológicos para a comercialização possibilitou um duplo impulso com o aumento da produção na horta — em quantidade e diversidade — assim como da criação animal de frangos e suínos, tanto para o consumo como para as vendas.

Algumas agricultoras de Viçosa relataram que plantavam pouca diversidade de espécies no quintal e, com o trabalho do CTA/ZM, iniciado em 2019, passaram a ter acesso a sementes e a dar mais importância à produção para o autoconsumo. Esse trabalho com o CTA/ZM passa pela replicação das Cadernetas Agroecológicas (CA), um instrumento metodológico elaborado em conjunto com o Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação

Nacional de Agroecologia (ANA) e com as agricultoras (Cardoso et al., 2019). A CA foi elaborada com o objetivo de dar visibilidade ao trabalho protagonizado por elas, com destaque para o trabalho invisibilizado destinado ao autoconsumo (e trocas não monetárias), que, como construto social, recai como responsabilidade das mulheres. Desse modo, as CA têm contribuído para a construção de sua autonomia, por meio do monitoramento, qualificação e diversificação da produção, e do estímulo à organização econômica.

Algumas agricultoras de Viçosa apontam que o aumento do preço dos alimentos durante a pandemia, associado à elevação do custo de vida e ao desemprego, fez com que elas passassem a investir mais no plantio nos quintais. Como ilustra o relato de uma entrevistada, "[...] graças a Deus, no quintal agora tem de tudo, um pouquinho. [...] ano passado, no quintal só tinha mato". As mudas e sementes utilizadas pelas agricultoras para o incremento da produção são oriundas do mercado (especialmente hortaliças), de relações de reciprocidade — vizinhança, grupo familiar — e da produção própria (lógica de autossuficiência). Ainda, a participação específica das agricultoras em atividades de formação e de troca de sementes e mudas, realizadas pelo CTA/ZM, possibilitou um maior incremento da sociobiodiversidade nos quintais, contribuindo para a segurança alimentar na pandemia.

A Tabela 1 (p. 69) ilustra a percepção das agricultoras quanto às mudanças na sua produção, tanto para autoconsumo quanto para a comercialização, entre o começo da pandemia e o momento da entrevista.

Conforme aponta a Tabela 1, houve uma estratégia de boa parte das agricultoras de intensificar a produção para o autoconsumo, num momento de alta do preço dos alimentos e itens básicos e, por outro lado, de reorganização das vendas.

Tabela 1 – Dinâmicas da produção para o autoconsumo e comercialização entre as agricultoras entrevistadas (março 2020 – outubro 2020).

Agricultora	Percepção das agricultoras sobre a dinâmica da produção				
	para autoconsumo e comercialização				
1	Dobrou				
2	A quantidade de famílias envolvidas nas entregas aumentou				
3	Dobrou				
4	Aumentou a criação de galinha e porco				
5	Dobrou a produção da horta				
6	Aumentou, inclusive a produção de inhame para substituir a batata que está muito cara no mercado				
7	Aumentou a produção de milho (insumo para galinhas e para milho verde)				
8	Aumentou a produção de milho para venda (canjica e fubá)				
	Aumentou a produção da horta para a venda				
9	Aumentou, principalmente a produção de frutas e da horta				
10	Dobrou a produção na horta e de plantas medicinais para autoconsumo e venda				
11	Aumentou a produção para o autoconsumo e venda				
12	Manteve a produção da horta e criação animal, mas planta- ram mais milho				
13	Não aumentou por limitação de espaço				
14	Não aumentou a horta, mas conseguiu aumentar a produção porque intensificou os cuidados				
15	Não aumentou				
16	Não aumentou a produção da horta porque sempre produziram muito para o autoconsumo				
17	A horta diminuiu em 50% pela redução das vendas e ficou mais para autoconsumo				
18	Não informou				
19	Não informou				

## Considerações finais

A presente pesquisa evidenciou que as agricultoras estão protagonizando iniciativas que aumentaram a resiliência das famílias e grupos para o enfrentamento aos impactos da Covid-19. É delas a maior responsabilidade pela produção diversificada, orientada tanto para o autoconsumo, quanto para a comercialização do excedente, e que atende a demandas locais no contexto da pandemia (de reorganização das cadeias de alimentos, consumo mais local etc.). Envolvidas diretamente na construção social de mercados para o escoamento da produção, não se limitam às alternativas individuais: protagonizam as ações construídas por suas organizações para responder aos problemas de acesso aos mercados enfrentados por muitas famílias.

Ademais, a pertença a redes de agroecologia e de comercialização em suas distintas modalidades — militantes, de parentesco ou de políticas públicas —, assentadas em relações de confiança, de reciprocidade e de redistribuição, como no caso das políticas públicas de mercados institucionais (PAA e PNAE), também exerceu papel fundamental na construção de alternativas de produção e consumo, rompendo a lógica puramente mercantil e utilitarista, que resultou na elevação abusiva do preço dos alimentos nos mercados convencionais. A lógica de autossuficiência também ficou muito evidente na orientação da produção para o autoconsumo, de maneira a tornar as famílias menos dependentes do mercado, seja para a aquisição de alimentos ou de insumos para a produção, frente à alta generalizada dos preços.

No âmbito familiar, no entanto, embora a maioria das agricultoras esteja engajada em organizações sociopolíticas e em processos de formação, ainda se percebe o acúmulo do trabalho reprodutivo sob responsabilidade das mulheres, sem que tenham sido construídas práticas mais democráticas e justas, que alterem a divisão sexual do trabalho.

Ações de cuidado, solidariedade e reciprocidade, especialmente com pessoas idosas e mulheres com filhos em idade escolar, que aumentaram as possibilidades de enfrentar a crise causada pela pandemia de Covid-19, foram acionadas no nível familiar, comunitário e das organizações. As políticas sociais (auxílio emergencial) também cu-

mpriram um papel fundamental para absorver parte dos custos da reprodução social. Nessa base, a participação em redes de agroecologia possibilitou expandir relações de confiança e solidariedade e garantir maior capacidade de resiliência às agricultoras, suas famílias e organizações, frente aos desafios de um novo rearranjo das relações sociopolíticas e econômicas em meio à pandemia.

#### Referências

ACTION AID BRASIL; GT MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Mulheres e Agroecologia. Sistematização de Experiências de Mulheres Agricultoras**. Rio de Janeiro, 2010.

CARDOSO, Elisabeth Maria; JALIL, Laetícia; TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila; WEITZMAN, Rodica. **Guia Metodológico** das Cadernetas Agroecológicas. Recife: EDUFRPE, 2019. 39p.: il.

GT MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Mulheres Construindo a Agroecologia**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2008.

SILIPRANDRI, Emma Cadermatori. **Mulheres e Agroecologia:** transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

## Mulheres na pandemia: agroecologia, cuidado e ação política

Rodica Weitzman, Ana Luisa Queiroz, Maria José Carneiro, Fátima Trombini, Aline Lima

## Por que fizemos esta pesquisa?

A ideia de coletar depoimentos de mulheres sobre suas vivências e sentimentos durante a pandemia partiu de duas pesquisadoras (Maria José Carneiro e Rodica Weitzman), integrantes do Núcleo de Pesquisa "Gênero e Ruralidades" do CPDA/UFRIJ. Com o desejo de que o processo pudesse ser mais coletivo, as pesquisadoras propuseram ao Grupo de Trabalho Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) uma parceria. A premissa era de que, na medida do possível, numa conjuntura adversa, as mulheres integrantes desse GT¹, muitas delas pertencentes a grupos de base comunitária e produtoras agroecológicas, pudessem protagonizar o processo da pesquisa, pensar quais questões seriam mais relevantes para o registro e como fazê-lo.

Entendemos que um momento trágico como o de uma pandemia, com todas as incertezas que o cercam, certamente é recheado de sentimentos como angústias, medos e solidão. Partimos, então, do interesse em saber como a pandemia e o isolamento social, decretado pelos governantes como primeira tentativa de "barrar o avanço do vírus", e suas descontinuidades impactavam a vida dessas mulheres e

<sup>1</sup> O Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro nasce em 2013 com o objetivo de visibilizar o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres agricultoras e, desde sempre, se constituiu como um espaço de trocas de saberes muito importante para as mulheres do estado. O grupo se reúne periodicamente em processos formativos, intercâmbios, construção e manejo de hortas e espaços de comercialização, mas principalmente para construir estratégias coletivas de enfrentamento ao machismo e ao patriarcado também nos espaços da agroecologia.

de suas famílias. Intuímos que esses impactos seriam múltiplos, atingindo diversas esferas das suas vidas. Com a participação do coletivo GT Mulheres da AARJ, que agrega companheiras com diversas histórias de vida, distintas posições sociais de acordo com marcadores de classe social, raça, região, etnia e geração, tínhamos a expectativa de retratar esse amplo leque de experiências de vulnerabilidade e formas de opressão e violências. Além disso, também era do nosso interesse pôr em destaque as manifestações de resistência protagonizadas por elas. Portanto, um ponto de partida fundamental era reconhecer os diferentes lugares sociais ocupados por esse universo que compõe o GT de Mulheres da AARJ em sua pluralidade.

Neste artigo, traremos algumas reflexões sobre essa experiência de pesquisa coletiva entre mulheres e as primeiras análises de um processo ainda em andamento. Nesse contexto, nossa intenção era registrar o que se passava dentro de suas casas, como elas estavam enfrentando os novos desafios dessa situação inusitada e quais estratégias estavam criando para dar conta dessa nova realidade. Esse registro, a nosso ver, era importante por diversos motivos. Dentre eles, destacamos três aspectos mais relevantes que desdobraremos mais no decorrer do texto, a saber: (i) a dimensão da memória, visando dar visibilidade para processos vividos; (ii) o processo de escuta e acolhimento; e (iii) o fortalecimento de articulações no campo da ação política.

Acreditamos que uma proposta de pesquisa como essa traz uma dimensão política, impossível de ser negligenciada num momento de tamanha fragilidade. Imaginávamos que as mulheres teriam muito a dizer também sobre os modos pelos quais as políticas "chegam" até elas. As perspectivas e olhares sobre as respostas que têm sido dadas para uma situação de tamanha emergência são extremamente importantes para entender como as políticas são construídas em momentos de crise e quais atores sociais protagonizam os diálogos e negociações que transcorrem. Nesse sentido, é importante pontuar que partimos de uma visão da política pública como "políticas vividas", entendendo que quem tem mais a dizer sobre essas políticas são aqueles/as que as vivenciam cotidianamente em seus efeitos no plano local e regional, a partir de suas vivências no dia a dia, ainda mais face uma crise que atinge todas as dimensões da vida humana — social, política, econômica e ambiental — como tem sido a da pandemia da Covid-19. A

política é vivida por aqueles e aquelas que são receptores e receptoras das determinações, regras e prescrições e que contribuem para sua gestão, além de apontarem os entraves no seu ciclo de implementação.

Foi interessante perceber que, durante as entrevistas, algumas mulheres identificaram os limites dos governos estaduais na construção de estratégias mais duradouras e estruturantes para aliviar a precariedade social. Em alguns momentos de nossas conversas, fizeram sugestões sobre outros modos de formular políticas públicas e como deveria ser a natureza de tais políticas. Isso mostra de que maneira elas vivenciam os processos políticos — não como receptoras passivas do que vem sendo imposto "de cima para baixo", mas como sujeitos que vibram para um mundo mais justo para todos e todas, e ajudam a pensar, formular e implementar medidas que sejam viáveis e mais adequadas para este momento delicado e árduo que o país atravessa.

Assim, falar sobre esse momento excepcional poderia abrir uma porta à reflexão sobre essa realidade e suas consequências sociais, possibilitando algum aprendizado dessa situação, o que nos qualificaria, ainda mais e a todas nós, para participarmos de diversos espaços de atuação política, tanto os já existentes como os que estão se abrindo face à ausência ou debilidade do poder público. Por se tratar de uma pesquisa feita por e com mulheres articuladas através da agroecologia, queríamos também dar visibilidade às formas de resistência e proteção diante dos altos índices de insegurança alimentar e nutricional, pobreza e privação de direitos agravados durante a pandemia. São iniciativas que fortalecem o tecido social ao incluírem a troca de conhecimentos sobre medicamentos naturais; defesa dos bens comuns perante a expropriação territorial; e práticas agroecológicas voltadas para autoconsumo, doação e troca. Práticas que, como veremos, ajudam a construir ou a reforçar redes de solidariedade no âmbito territorial e que ganham força ao serem articuladas a outros esforços empreendidos em outras escalas.

Além dessas motivações, consideramos também importante deixar um registro para os jovens e as gerações futuras, que muito poderão aprender e conhecer a partir dessas experiências. Acreditamos que essas histórias, ao serem contadas, ecoam vozes que têm sido silenciadas, uma vez que as mulheres, historicamente, sobretudo as periféri-

cas, negras e indígenas, vêm sendo privadas de espaços para expressão de suas angústias e ordenação de suas ideias e propostas. Ao falar sobre aquilo que está em planos que escapam abaixo da superfície, elas conseguem "deixar legados" que serão transmitidos ao longo das gerações. Por esse motivo, acreditamos que haja uma potência imensurável nesse simples gesto — de falar sobre aquilo que foi vivido — e de transformar aquilo que é dito em uma memória escrita que ficará registrada e que poderá ser disseminada.

Apesar da expectativa de que a pesquisa pudesse mobilizar um número grande de mulheres, enriquecendo este processo de reflexão coletiva de uma forma mais acentuada, percebíamos que o elemento mais importante desta experiência seria a qualidade da "pesquisa efetivada" — seu impacto sobre aquelas que dela participaram e também sua potencialidade em provocar reflexões e ações no coletivo mais amplo, o GT Mulheres da AARJ, a partir da divulgação das narrativas sistematizadas. O que trazemos para este artigo é o início da sistematização de um processo que ainda está em curso. Sua finalização contará com uma devolutiva interna dos dados sistematizados para o espaço de auto-organização — o GT Mulheres da AARJ. Portanto, a ênfase deste artigo, escrito a muitas mãos, é ressaltar dimensões fundamentais deste percurso metodológico que trilhamos até o momento atual.

# Passo a passo: pensando os procedimentos metodológicos

O primeiro passo foi lançar a ideia da pesquisa em uma reunião do GT Mulheres da AARJ, por via remota, no sentido de verificar a receptividade da proposta e abrir para a construção de uma equipe que pudesse construí-la. A partir dessa reunião divulgamos a pesquisa no grupo de WhatsApp do GT, visando ampliar a consulta sobre o seu interesse e concordância. Com recepção favorável, foi criado um pequeno grupo com as mulheres que manifestaram interesse em contribuir na formulação dos instrumentos de pesquisa e nas etapas subsequentes. Partimos, então, para a elaboração de um roteiro curto, que serviria de orientação para as falas, mas deixando

clara a não obrigatoriedade de segui-lo tal e qual. A preocupação era de tentar abranger diferentes dimensões de impactos da pandemia na vida das mulheres, mas sem fazer do roteiro algo cansativo, que inviabilizasse as respostas. O estímulo para a participação na pesquisa estava, então, na construção e fortalecimento do diálogo entre as mulheres do GT.

A construção coletiva de uma pesquisa implica alargar o tempo de elaboração de seus instrumentos. Questões sobre os objetivos, seu alcance e finalidades foram retomadas em várias reuniões. Após muita discussão, conseguimos sintetizar o que considerávamos essencial em um roteiro-questionário, organizado em quatro blocos temáticos (cotidiano, trabalho e renda, política pública e subjetividade), fora a apresentação e um espaço final aberto para outras considerações. Centramos a divulgação desse instrumento no grupo de WhatsApp do GT, onde, por meio de um vídeo de apresentação da pesquisa, convidávamos à participação. Além do vídeo foi elaborado um card, que foi encaminhado, algumas vezes, em mensagem pelo grupo. Ŝugeríamos nessas mensagens que as interessadas em participar sinalizassem no grupo ou entrassem em contato com uma das integrantes da equipe, para que a entrevista pudesse ser feita via ligação. Alternativamente, caso preferissem, poderiam encaminhar suas respostas gravadas em áudio. Mas o que melhor funcionou foi o contato direto, via ligação, entre entrevistada e entrevistadora, o que revelou a importância do conhecimento interpessoal na decisão de conceder a entrevista. Foi dado um prazo para finalizarmos essa etapa quando, então, os áudios foram encaminhados para transcrição<sup>2</sup>. Problemas de diversas ordens e a ausência de recursos atrasaram a transcrição e a análise das informações.

Esse processo revelou as dificuldades de realização de pesquisas dessa natureza, via on-line e sem financiamento. Ressaltamos os desafios epistemológicos e metodológicos inerentes à realização de uma pesquisa desse gênero durante uma pandemia que exige medidas de isolamento social. Para nós, que estávamos desenhando as ferramentas a serem utilizadas, não havia precedentes em pesquisas qualita-

<sup>2</sup> Os áudios foram gentilmente transcritos por Marcela Pinto Barbosa Vassar, integrante do Movimento Agroecológico da Microrregião de Três Rios (RJ), coordenado por Fátima Trombini.

tivas levadas a cabo on-line, embora cada vez mais pesquisadores/as venham utilizando aplicativos e mecanismos como WhatsApp para se comunicarem com seus interlocutores/as e coletar informações. Indubitavelmente, desde o início, tivemos que enfrentar o desafio de mobilizar as mulheres no campo virtual, suscitando seu interesse via os dispositivos que foram postados no grupo do aplicativo de mensagens. A ausência de uma interação física durante a entrevista foi um limitador para os dois lados, entrevistadas e entrevistadores, com o qual tivemos de lidar. Neste processo, de desenhar e efetivar a pesquisa, tivemos que construir novos caminhos, métodos e ferramentas, uma vez que estávamos vivenciando uma experiência inusitada. Mas isso implicava também um aprendizado inesperado e extremamente valioso do processo vivido. Ou seja, descobrir novos modos de fazer pesquisa em tempos de pandemia era mais uma questão colocada para nós no decorrer do processo que vivenciamos enquanto coletivo.

#### Escuta e acolhimento

Um de nossos pontos de partida para a construção do roteiro-questionário foi o desejo de que nenhuma mulher saísse emocionalmente mais abalada da conversa do que quando entrou. Isso porque entendemos que a dimensão do sofrimento psíquico e emocional estava amplamente presente, em função da pandemia e de sua má gestão pública institucional. Imaginávamos que os relatos poderiam atuar como um desabafo, uma espécie de catarse que poderia amainar os sofrimentos. A pesquisa teria, portanto, o significado de gerar um espaço e sentimento de acolhimento através da fala e da escuta. Imaginávamos que, ao divulgar os relatos entre as mulheres, elas pudessem se sentir menos solitárias ao tomar conhecimento da situação de outras companheiras. A entrevista se transformaria, assim, em um instrumento efetivo de interlocução, constituindo um lugar que permitiria acolher e valorizar a fala e a escuta das mulheres do GT.

Dois dos principais obstáculos para a realização das entrevistas dizem respeito ao tempo e à necessidade de uma boa conexão de internet ou

sinal telefônico. Ainda que tenhamos reduzido ao máximo o roteiro-questionário, as mulheres que se propuseram a participar viram seu tempo em disputa durante a pandemia, em função do aumento do trabalho relacionado ao cuidado doméstico e familiar. Além das tarefas domésticas e das atividades relacionadas ao sustento da casa e ao cuidado dos filhos ou netos, observamos a inserção de tarefas envolvidas com a educação formal de crianças e jovens, que passaram ao formato remoto com a suspensão das aulas presenciais e o fechamento das escolas. No dia a dia, elas são obrigadas a lidar com a sobrecarga de trabalho que lhes é imputada. Esse quadro foi potencializado e as entrevistadas relatam as mesmas queixas de outras tantas, como aponta a pesquisa "Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia", realizada por Gênero e Número e SOF (Sempreviva Organização Feminista).

Outro ponto que nos desafiou foi a dificuldade de garantir um tempo e espaço de privacidade e concentração das mulheres entrevistadas que permitissem essa troca. Em suas casas, elas se encontravam constantemente envolvidas com o trabalho reprodutivo e, em geral, em companhia de outras pessoas da casa. A construção desse espaço foi sendo feita com flexibilidade e cuidado, entendendo os momentos de interrupção, por exemplo, como algo constituinte desse modelo de pesquisa.

Nesse sentido, observamos uma diferença na qualidade do processo, na medida em que ele partiu de um lugar de cuidado para construir o registro e levantar dados sobre esse período histórico. A partir do momento em que a nossa prioridade na pesquisa era a valorização da troca, uma das marcas da trajetória de trabalho e articulação política do GT Mulheres, conseguimos criar um ambiente de escuta e de acolhimento, no qual as falas ganham destaque. Esse momento se tornou especial e emblemático tanto para as entrevistadas como para as entrevistadoras, pois além de promover um levantamento de dados, contribuiu para o fortalecimento de redes de solidariedade, de apoio, autocuidado e cuidado coletivo, a partir de considerações individuais que levaram à construção de reflexões coletivas.

Uma vez amplificadas as vozes das mulheres envolvidas e suas histórias, as narrativas se tornam vivas e envolvem as demais par-

ticipantes, como as entrevistadoras e pesquisadoras. Seus hábitos, crenças, angústias e desejos, uma vez compartilhados, trazem consigo vivências e memórias ao mesmo tempo particulares e partilháveis. O convite e a valorização da fala de mulheres é um exercício na contramão do patriarcado, enquanto uma estrutura coercitiva e negadora das elaborações das mesmas. Como temos comentado, esse formato foi rico tanto para as entrevistadas quanto para quem as entrevistou. Frente a quem fala, quem ouve pode reorganizar seu sentimento de acolhimento, inclusive permitindo que evolua para diálogos, também amorosos, como defende Paulo Freire (1987, 1997), já que a condição humana e a prática educativa são constituídas pela amorosidade de ser e estar no mundo.

Em uma sociedade que não ouve as vozes das mulheres, nem reconhece a sua solidão, que é internalizada, nem outros problemas que elas externalizam, há um desestímulo à busca por apoio. Nesse contexto, a pesquisa se revelou também como um relevante instrumento para acolhimento, uma vez que permitiu que trocas acontecessem diante da manifestação da fala, se transformando em um local seguro para que pudessem expor não apenas seus anseios e angústias mas também seus desejos, inquietações e motivações frente à realidade do dia a dia, compondo uma colcha de retalhos.

A quarentena e outras medidas mais flexíveis de isolamento social impuseram um afastamento social e um abandono econômico que não condiz com a realidade dessas mulheres, trabalhadoras de baixa renda, agravando a situação de quem já vive precariedades no dia a dia. Essa situação é agravada com a divisão sexual do trabalho, já que os cuidados com os filhos e as atividades domésticas sempre foram considerados de sua responsabilidade. As mulheres tendem a ser mais suscetíveis aos impactos do vírus, em função das múltiplas funções que exercem enquanto cuidadoras dos/as outros/as, embora os efeitos não sejam uniformes. Portanto, nosso olhar deve ser norteado pelas diferenças sociais nesse grupo que classificamos de "mulheres", entendendo que a precarização das condições das trabalhadoras não se expressa da mesma forma em todas as situações, embora tanto no campo quanto na cidade seja fortemente vivida.

### Memória e visibilização

Dentre os aspectos potentes deste processo de pesquisa, destacamos também o que dele se relaciona com o registro de uma memória coletiva. Durante a caminhada de quase oito anos do GT Mulheres da AARJ, um dos pontos principais de reflexão e ação tem sido contribuir para a visibilização do trabalho das mulheres. Seja entre as integrantes do GT em reuniões e oficinas, ou ainda em diálogo com pessoas de fora do grupo, identificar nossas ações voltadas para o cuidado da casa e da família como atividade não remunerada tem sido um movimento fundamental de afirmação da nossa relevância enquanto sujeitos históricos e ativos em nossas comunidades, bairros, cidades e país. Começamos observando os plantios nos quintais, nas janelas, nas lajes, e desvelando a importância deles para a segurança alimentar e nutricional das famílias que os consomem, até identificar a amplitude de tarefas que são compreendidas como "domésticas", para tratar do trabalho produtivo e reprodutivo que tem se concentrado sobre as mulheres.

Nas trocas em roda, enquanto íamos entendendo como o trabalho das companheiras, em seus diferentes grupos, não era visibilizado, começávamos a notar também que os impactos causados pelas empresas presentes em seus territórios, pelo agronegócio, pelas pedreiras, pela especulação imobiliária e outros megaprojetos, as afetavam de maneira diferenciada. Com essas descobertas, foi crescendo o desejo de produzir materiais, de fazer intercâmbios, de compartilhar essa reflexão com outros indivíduos: de contar nossas histórias e reverberar nossas vozes.

Com a chegada do coronavírus e o início da pandemia, nos preocupamos em tentar garantir nossa presença e a coletividade no GT. Através de reuniões virtuais, nos preocupamos em priorizar os espaços de compartilhamento de nossas experiências, das inseguranças, das perdas e dos riscos que vivíamos no cenário tão novo e trágico que foi se construindo com a pandemia e sua má gestão. Preciosa em nossas metodologias políticas, a história oral foi e é uma ferramenta chave no repertório coletivo que o GT Mulheres tem construído — nossas ideias surgem, se encontram e se reproduzem a partir do exercício da fala e da escuta. No entanto, em sua multiplicidade, sa-

bemos que a vida conta com outras formas de registro da história e o colonialismo, assim como o racismo e o patriarcado, conformam elementos estruturantes que incidem não só sobre os rumos da história, mas sobre como ela mesma é contada.

Partindo dessa perspectiva, entendemos que a pesquisa faz parte de um processo maior de construção da memória e ampliação dos nossos repertórios de registro, na validação de uma história construída e protagonizada por essas mulheres. Ela é parte do desejo de agricultoras, artesãs, estudantes, pensadoras, articuladoras e militantes da agroecologia no estado do Rio de Janeiro de terem suas histórias registradas e contadas. Ao mesmo tempo, não acreditamos que por si só a pesquisa dará conta de garantir o direito à memória e de visibilizar o trabalho, a produção, a sensibilidade e as reflexões desse grupo de mulheres tão diverso e potente. Uma das dimensões mais relevantes nesse aspecto é a possibilidade de seguir esse movimento. Assim como aprendemos em roda, é na prática e em movimento que a vida se realiza.

### Mobilização e articulações

Uma questão atravessou o campo da pesquisa e seu plano de intenções: de que modo esta pesquisa poderia retratar estratégias políticas e comunitárias de autocuidado e cuidado coletivo, visando a sobrevivência e sustentabilidade da vida nas comunidades do estado do Rio de Janeiro? Como já compartilhamos, tínhamos a percepção de que esta pesquisa não era apenas uma tentativa de "levantar informações" que mostravam de fato os impactos da Covid-19 sobre as mulheres nos diversos contextos. Também representava uma oportunidade para trabalhar na perspectiva de "pesquisa-ação", uma vez que, ao registrar as narrativas das mulheres, seria possível vislumbrar diversos modos de articular formas de ação política perante uma crise multidimensional — que se caracteriza como uma crise ecológica, de reprodução social e, principalmente, uma crise aguda do sistema capitalista — que vem se agravando de forma acentuada nos últimos anos. A pandemia — que representa, de algum modo, o ápice dessa crise — tem revelado as várias expressões de agência das mulheres na configuração de uma rede de interdependência e apoio mútuo no âmbito territorial, que atesta a força do "trabalho de cuidados" para sustentar a vida, se tornando "a mão invisível" da vida cotidiana (Carrasco, 2006, 2017). Dessa forma, no cerne dessas estratégias inusitadas — seja para aumentar e diversificar a produção agroecológica, construir novos canais de comercialização ou suprir os indícios de insegurança alimentar por meio de doações — essas mulheres deslocam o capital do "centro", na medida em que vão iluminando dimensões invisibilizadas da sustentabilidade da vida.

O Grupo de Trabalho de mulheres da AARJ — que protagoniza esta iniciativa da pesquisa, em parceria com o Grupo de Pesquisa "Gênero e Ruralidades" (CPDA/UFRRJ) — é fruto de um processo de articulação política extremamente frutífera e vem realizando outras ações estratégicas no campo da ação política perante esta crise multidimensional.

No ano de 2020, com a pandemia da Covid-19, pudemos perceber que mais uma vez as mais afetadas seriam as mulheres. Seja pelo aumento da sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo, seja pelo aumento da violência doméstica. Vimos chegar às mulheres do GT impactos cruéis do descaso e do isolamento social. Através dos nossos encontros mensais, começamos a pensar alternativas possíveis de articulação e mobilização, de encontro e cuidado entre elas. Muitas iniciativas surgiram. Entre elas podemos destacar as cestas do Cuidar-se, que foram cestas com produtos desenvolvidos por mulheres agricultoras, artesãs, erveiras e homeopatas populares de várias regiões do estado, com alimentos agroecológicos de produção própria para autocuidado e cuidado da casa e dos seus arredores. Essas cestas chegaram a quase 200 mulheres de regiões periféricas do estado do Rio de Janeiro — fruto de um processo intenso de mobilização e articulação.

É importante destacar que, ao realizar esta pesquisa de forma coletiva, tínhamos a esperança de que poderíamos desenhar uma espécie de "mapeamento" das iniciativas em curso nos diversos territórios, a partir de algumas respostas fornecidas nesse processo de escuta ativa. Isso se soma a outras iniciativas que o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), um dos participantes desse processo e

do GT, já estava realizando, como o Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento (PPAD).

O PPAD é um processo de mapeamento e intercâmbios de lutas coletivas que se inicia no ano de 2015, com o curso "Autogestão e bem viver" nos territórios, com base em um curso construído em parceria com mais de 15 movimentos sociais populares do campo e da cidade. Seu objetivo é visibilizar e articular as experiências autogestionárias territoriais, principalmente nos seguintes campos: agroecologia, direito à terra, ao território e à comercialização, produção e consumo, além de criar consonância entre elas. Esse processo, que se inicia em 2015, se estende até os dias de hoje, formando uma rede de mais de 30 movimentos, redes e articulações de seis estados brasileiros, que juntos pensam estratégias coletivas alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista e formas de reinventar a vida cotidiana.

Com o agravamento da pandemia da Covid-19 e a agudização das vulnerabilidades socioeconômicas, esse coletivo se reuniu para pensar estratégias conjuntas de sobrevivência. A partir da troca cotidiana, muitas soluções foram criadas: cisternas coletivas, onde a questão da falta de água aumentava o risco de contágio e outras inúmeras vulnerabilidades; hortas comunitárias, onde a soberania alimentar e segurança alimentar estavam ameaçadas; espaços de autocuidado e cuidado coletivo, que se constituíram como marcos desse processo e de um tempo no qual o descaso e as ausências governamentais, principalmente no que diz respeito à prevenção e acesso à saúde, se mostram tão presentes.

Esse mapeamento de iniciativas nos possibilitou (e se configurou como) um espaço fundamental de diálogo e de articulação. Assim, ao ouvir e registrar as iniciativas em curso, levadas a cabo individualmente, no âmbito familiar ou no âmbito mais amplo — da comunidade, do território e dos movimentos e redes — imaginávamos que poderia brotar um anseio coletivo de somar essas iniciativas, alcançando um escopo mais abrangente de ação política.

No caso desta pesquisa, entendíamos, desde o início, que seria impossível realizá-la sem também adentrar no campo da articulação política, o que envolve a construção de alinhamentos e pontos de

convergência com outros processos em curso nos diversos âmbitos: local, regional e nacional. Sendo assim, houve um processo de articulação desta pesquisa com outras, como a que foi realizada pela "Rede de Feminismo e Agroecologia do Nordeste" no mesmo período. Essa iniciativa foi inspirada na experiência inicial da pesquisa "Memórias da Quarentena", sendo uma representação emblemática da articulação e solidariedade feminista entre esforços em distintos territórios e regiões. Houve um diálogo frutífero entre os dois grupos que culminou no desenho de uma pesquisa que, embora tenha tomado rumos metodológicos distintos, se manteve bastante alinhada com os objetivos e perspectivas expressas pelo grupo do Rio de Janeiro. Esse processo de troca de experiências entre mulheres pesquisadoras e ativistas de diferentes regiões foi de muito aprendizado, especialmente no que diz respeito aos modos de efetivar pesquisas e seus distintos enfoques. Enquanto a rede optou por uma metodologia mais focada em dados quantitativos — a partir da utilização de um formulário on-line — o nosso grupo optou por uma metodologia qualitativa, que valorizava as narrativas livres das mulheres por meio de entrevistas ou trocas por WhatsApp. Percebe-se a importância de adotar diferentes abordagens metodológicas para realizar pesquisas — ainda mais diante das condições restritivas de isolamento social — que se complementam. Dessa maneira, essa colaboração entre os dois grupos é importante para compor, coletivamente, um retrato mais diversificado das várias facetas da Covid-19 e seus impactos sobre mulheres e outros grupos vulneráveis em diferentes regiões do Brasil.

<sup>3</sup> A "Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste" é uma articulação entre agricultoras, professoras, sindicalistas, assessoras técnicas e pesquisadoras, existente desde 2014. Uma de suas estratégias mais marcantes foi a Campanha pela "Divisão Justa de Trabalho Doméstico", que partiu de uma pesquisa nacional sobre assistência técnica rural para mulheres, que diagnosticou as marcas de desigualdade reveladas na divisão sexual do trabalho.

#### Análises preliminares

#### A construção de redes virtuais de solidariedade

A pandemia evidenciou a importância das redes de solidariedade e, sobretudo, do papel das mulheres nas relações que alimentam e sustentam essas redes. As trocas de serviços, de bens e de conhecimento fazem parte do cotidiano das entrevistadas. Em alguns casos, essas trocas configuram os elos dessas relações, confirmando e reforçando identidades e pertencimentos através de um circuito onde a "reciprocidade generalizada" ocorre num tempo longo, não definido a priori, e a equivalência do bem trocado não é cobrada. Em outros casos, pode ocorrer a troca monetarizada e a rede de vizinhança se confunde com o próprio mercado, como ilustra Angenilda Ouverney, agricultora residente na comunidade de Santo Antônio em Bom Jardim: "A gente tira leite da vaca e eu faço queijo e vendo para a vizinhança" ou, "às vezes faço uns bicos pra fora, cozinhar para um grupo e assim por diante...", complementa Angenilda, ao se referir ao tempo "pré-pandemia", e assumindo também a identidade de agricultora na posição de "ajudante" do marido e dos filhos.<sup>5</sup>

Com a pandemia, os contatos pessoais foram limitados, quase exclusivamente, ao grupo doméstico, formado pelos que habitam a mesma casa, restringindo o círculo de relações e, consequentemente, inibindo as trocas. Essa nova realidade acarretou consequências de ordem material e subjetiva. Porém, as mulheres não foram afetadas da mesma

<sup>4</sup> Sobre a teoria de reciprocidade ver Marcel Mauss (2003); sobre os circuitos de troca nos inspiramos em Sahlins (1966).

<sup>5</sup> Tomamos como referência nesta reflexão trabalhos de autoras como Paulilo (1987), Daniese (2019), Heredia (1979) e Carneiro (2006), que discutem a organização do trabalho camponês e a posição da mulher na hierarquia familiar. Esses trabalhos se remetem a um sistema de relações imbricadas de poder (de gênero e de geração) que estabelece hierarquizações. O espaço doméstico (casa e seus arredores) é associado ao "não trabalho" e reconhecido como do domínio feminino. Quando as mulheres se deslocam para outros espaços da propriedade, como a lavoura, o que elas fazem é caracterizado como "ajuda" e não como "trabalho." De acordo com Heredia (1979), essa divisão entre "casa" e "roçado" e os âmbitos de "trabalho" e "não trabalho" diz respeito às "esferas de autoridade" dentro dos espaços e à hierarquização dos bens e dos outros objetos que "são classificados como femininos ou masculinos." (Heredia, 1979, p. 22)

maneira. Para algumas, o isolamento social e a ameaça de contrair o vírus desencadearam intensas crises psicológicas, revelando que os grupos de convivência entre mulheres tinham significados que iam muito além dos objetivos formalmente definidos.

Nós (do GT Mulheres Semente do Amanhã) tínhamos uma rotina de trabalho. Então, nós nos encontrávamos. Nós, mulheres, nos reuníamos no mínimo três a quatro vezes por semana pra fazer artesanato e pra beneficiar o aipim. E aí veio a pandemia, e tudo teve que parar. Então não existe mais esses encontros, e a gente sente muita falta... No início dessa pandemia eu pensei que ia enlouquecer, com muito medo, muita insegurança. Agora, o medo passou um pouquinho, resta a insegurança, a gente não sabe o que tá por vir. (Darcy Machado de Almeida, 2020)

Essa ruptura nas relações pessoais presenciais, que ocorreu de forma mais intensa nos primeiros meses da pandemia, deixou clara para as próprias mulheres a necessidade de se protegerem e se fortalecerem por meio das relações de solidariedade.

Quando eu pensei que ia pirar de tanta preocupação, com a família longe, família trabalhando na linha de frente e com muitos riscos, filho pra trabalhar pra ir pro embarque e eu pensei que ia ficar louca de tanta preocupação. Mas aí tem o grupo de mulheres do GT Mulheres SerraMar, e com essas reuniões, com essas conversas, com esse apoio, uma apoiando a outra. Eu consegui conquistar o equilíbrio e estou mantendo esse equilíbrio. (Darcy Machado de Almeida, 2020)

Assim, entenderam que romper com o contato físico não significava romper com toda forma de contato. Surpreendentemente, venceu a criatividade e o esforço de manter as relações pessoais por via remota. De início, a dificuldade em manejar as plataformas das reuniões online foi superada com muita paciência na absorção dos ensinamentos promovidos pelas mais experientes. Com o tempo, as reuniões on-line transcorreram com menos interrupções e foram inseridas, sem maiores resistências, na "nova normalidade". Do mesmo modo, a

inibição inicial da escrita na comunicação pelo WhatsApp foi compensada pelas manifestações de afeto e solidariedade nos momentos difíceis que exigiam uma nova aprendizagem para lidar seja com os cuidados de prevenção, seja com os cuidados terapêuticos dos familiares contaminados, ou outras situações críticas. Houve indicação de médicos e de hospitais, informações sobre a situação dos postos de saúde, compra solidária de um oxímetro e troca de receitas de medicamentos caseiros.

Cada dúvida que era colocada no WhatsApp, cada momento que a gente ouvia uma companheira falando uma outra coisa, a gente acabava tirando a nossa dúvida. Todo o cuidado quando uma adoecia, e que a outra vinha e dava uma receitinha, e mandava uma mensagem no privado. E isso tudo fortalece muito porque você vê que não tá só. Essas ações acontecem porque o governo é muito omisso. (Valdirene Militão, 2020)

Essa mesma interlocutora, Valdirene, estabelece uma diferenciação entre diversos modos de fazer uso dos mecanismos de comunicação social, revelando que alguns modos de "se comunicar" possibilitam um contato que se aproximaria mais da forma "presencial" que outros. Na opinião dela, "o vídeo-chamada é uma coisa para mim, muito fundamental, como se estivesse com a pessoa ali na minha frente mesmo, mesmo quando a gente não está. Mas pra mim é como se estivesse. (Valdirene Militão, 2020)

Ela destaca também a importância das "cestas Cuidar-se", a que já nos referimos acima, como uma fonte de afeto e de um pouco de segurança em um momento de ausência de informações precisas do estado e de políticas públicas eficazes.

Quando eu recebo essa cesta, primeiro, pra mim, o sentimento, era como se eu recebesse um abraço de cada uma das mulheres que estavam ali dentro daquela cesta. Cada uma que produziu uma coisa, sabão, sabe... o extrato, a homeopatia, o óleo. E isso foi, é como um carinho, né. Como se fosse um abraço. (Valdirene Militão, 2020)

A mesma entrevistada nos ensina como as redes sociais e os meios de comunicação social podem se transformar em veículos de transmissão de ideias e propostas inovadoras que motivam ações de solidariedade. Sendo obrigada a trabalhar de casa, ela se empenha. Primeiramente, na fabricação de máscaras e, depois, na confecção de bolsas feitas de "retalhos" doados. Relata, ainda, que grava vídeos para mostrar o que vem fazendo com a intenção de motivar as pessoas a se engajarem em alguma iniciativa que possa resultar em benefícios para elas e para suas comunidades.

A minha motivação é estar fazendo com que as pessoas se inspirem pra poder tá produzindo alguma coisa de interessante pra fazer, e fico fazendo vídeos pra poder... é as pessoas se distraírem ou rirem pelo menos com os vídeos que eu faço. O retorno que eu tenho é "pô Val, comecei a fazer uma horta porque eu vi o teu vídeo", "pô, eu consegui". Eu recebo fotos das pessoas que começaram a plantar ou que plantou a cebolinha que comprou, então isso me motiva. Porque enquanto as pessoas estão se distraindo com alguma coisa elas esquecem dessas dores maiores. (Valdirene Militão, 2020)

Dessa maneira, percebe-se como o meio virtual se apresenta não apenas como um canal de expressão, mas também como um instrumento para efetivar a mobilização social. Talvez esse seja um excelente aprendizado que não será esquecido após a pandemia.

## Estratégias inusitadas: Ações coletivas para o sustento da vida econômica e social

Observa-se que os processos de organização social continuam com força e intensidade, mesmo perante as limitações impostas pela pandemia, no que diz respeito à mobilidade e aos encontros presenciais. Para muitas das mulheres que foram entrevistadas, novas formas de trabalho surgiram durante esse período, como vimos acima, o que envolve articulações com outros atores sociais — tanto com aqueles/as que querem somar a essas iniciativas, quanto com os/as próprios/as consumidores/as.

É importante notar que, para além do universo das entrevistas,

o GT Mulheres da AARJ no WhatsApp se revelou uma fonte riquíssima de observação dessas trocas. Iniciativas semelhantes foram promovidas por coletivos já existentes ou criados para enfrentar as dificuldades trazidas ou agravadas pela pandemia, como vemos no exemplo da entrevistada citada acima:

Nós começamos com uma iniciativa aqui, eu produzindo máscaras pra trocar por alimentos pra poder tá montando uma cesta básica, pra poder tá doando para os vizinhos mais vulneráveis, né. Eu não tinha muito como sair de casa, e eu (continuava) trabalhando (por via remota), mas aí quando eu acabava de trabalhar eu comecei a produzir máscaras porque eu sou artesã.... Então nasceu o projeto Ricardo Barriga (nome do ex-cunhado vitimado pela Covid) que já era a ação que nós fazíamos de arrecadação de alimentos através da doação das máscaras. E agora ele tem uma outra proporção, porque ganhou novos membros colaborando com a gente. (Valdirene Militão, 2020)

Juliana de Medeiro de Inez, que cultiva alimentos no sítio "Santa Barbara" onde mora, em Cachoeira Grande, Magé,6 comenta que durante esse período da pandemia, a maior parte de sua renda familiar passou a vir da venda de cestas agroecológicas, uma vez que algumas atividades geradoras de renda foram suspensas, como as feiras e as atividades culinárias (almoços e buffets) que aconteciam na sua cozinha comunitária. Desde 2008, ela preparava e entregava cestas agroecológicas com o apoio de suas filhas, mas durante a pandemia, a procura aumentou imensamente, o que fez com que ela buscasse outros/as agricultores/as da comunidade local para colaborar. Ela tem orgulho ao afirmar que vende um "produto garantido" (100% "orgânico") para uma clientela que foi sendo conquistada, antes e durante a pandemia, a partir de relações de confiança que foram sendo construídas. Hoje, a base de sua clientela ampliou para 20 consumidores/as. Merece destaque sua percepção de que, em comparação com as feiras, "a cesta compensa mais, pois dá mais lucro", além de que "não precisa se arriscar indo para feira." A narrativa de Juliana mostra sua capacidade para criar alternativas de geração de renda que

<sup>6</sup> Magé é um município da Baixada Fluminense, situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

também contribuem para a construção de uma rede local de abastecimento de alimentos agroecológicos. Tais experiências testemunham a capacidade criativa das interlocutoras — no sentido de inovar e ampliar práticas existentes — no meio de uma pandemia que colocou em risco suas fontes de sobrevivência e seus modos habituais de exercer os trabalhos.

Na mesma direção, merecem destaque as estratégias organizativas na Serra da Misericórdia que se fortaleceram durante a pandemia, como as doações de alimentos agroecológicos que iniciaram em março de 2020, via o projeto "Campo e Favela de mãos dadas contra o corona e a fome", promovido pela Rede Ecológica.7 Ana Santos, representante do CEM (Centro de Integração na Serra da Misericórdia) e do GT Mulheres da AARI, conta que, durante esse período, as entregas quinzenais de alimentos agroecológicos para 200 famílias — com preferência para mães solteiras, idosos e crianças — promoveram uma interação entre diversos/as agricultores/as de outras regiões como é o caso do "Coletivo Terra", do assentamento de reforma agrária Terra Prometida. Outro desdobramento do processo de precarização social vivido de forma intensa durante a pandemia foi que "os quintais entraram em cena com muita força", fortalecendo os planejamentos e ações territoriais nas bases da agroecologia. De acordo com Ana Santos, em vez de haver uma diminuição na demanda por produtos agroecológicos, durante a pandemia, o escoamento de sua produção para a Rede Ecológica vem se intensificando e, inclusive, se ampliou para incluir novos produtos, como, por exemplo, "o hambúrguer de Jaca." Visando consolidar um sistema sustentável de trocas, doações e venda de alimentos dentro do território, surgiu uma "feira agroecológica e solidária" no território. Nesse novo formato de "feira", houve o entendimento de que precisaria haver uma diversificação dos produtos vendidos, doados e trocados. Além disso, era praticado um "cuidado coletivo", no sentido de que se houvesse pouca quantidade, cada um/a deveria levar pouco, somente o que seria consumido, visando o

<sup>7</sup> A Rede Ecológica, nascida em outubro de 2001, é um movimento social que visa a fomentar o consumo ético, solidário e ecológico. É constituída por grupos de consumidores na cidade do Rio de Janeiro que realizam compras coletivas diretamente de pequenos produtores agroecológicos e/ou orgânicos, o que viabiliza a compra desses produtos a preços acessíveis e, ao mesmo tempo, apoia as iniciativas desses produtores.

compartilhamento dos recursos existentes. A criação de novos produtos para compor essa feira também foi um componente fundamental desse processo de construção coletiva: por exemplo, as mulheres da comunidade se juntaram para fazer produtos de sabão de óleo reutilizado, como uma nova alternativa de "geração de renda."

Desse modo, a pesquisa aponta para um fortalecimento dos elos entre mulheres de diferentes territórios — assentamentos, áreas rurais, favelas e bairros de periferia urbana. Se a pandemia exigiu uma reorganização do cotidiano para dar conta das novas obrigações, o que, em geral, implicou uma sobrecarga do trabalho das mulheres, o isolamento social não impediu que novas formas de sociabilidade fossem engendradas, promovendo o fortalecimento da mulher no enfrentamento das dificuldades. As angústias, sentimento de solidão e medos iniciais deram lugar a algum sentimento de acolhimento promovido pelos pequenos atos de solidariedade no interior dos coletivos femininos.

#### Uma lógica de promoção da saúde que se instala nos âmbitos familiar e territorial

A preocupação com a saúde dos familiares se intensificou, provocando sentimentos de insegurança e ansiedade nas mulheres tidas como responsáveis "naturais" pelo cuidado dos filhos e do marido (e em alguns casos, não raros, dos pais, dos sogros ou de algum outro parente próximo). Esses cuidados se expressam na elaboração de refeições "mais saudáveis", de remédios caseiros preventivos ou "de cura", e no cumprimento das medidas de segurança sanitária.

Nas entrevistas, as mulheres expressaram uma preocupação mais intensa com os cuidados com a saúde a partir da pandemia, com o intuito de fortalecer o organismo para não se tornarem tão suscetíveis a um estado de doença. Essa lógica preventiva — de se proteger contra a contingência de uma doença que pode se instalar se o organismo permitir — se exprime no uso frequente de remédios caseiros, fabricados com plantas medicinais e alimentos com propriedades medicinais, muitos dos quais são vistos como "antibióticos naturais", como limão e alho.

Eu tenho sempre comigo, desde que iniciou a pandemia, uma garrafinha de mel com limão e alho. E todos os dias, pela manhã e à noite, eu tomo uma colher desse mel preparado, e chá de plantas todos os dias: alecrim, camomila, capim-limão, manjericão. E o açafrão, que eu já tinha o hábito de usar, passei a usar mais ainda, minha comida, meu chá sempre tem o açafrão. (Darcy Machado de Almeida, 2020)

Vale destacar o papel da culinária no enfrentamento da quarentena: ao mesmo tempo em que alimentar toda a família se apresentava como um grande desafio, considerando um maior número de pessoas em casa, sem a contribuição da merenda escolar e com redução da renda, também possibilitou o exercício da criatividade e o resgate de receitas familiares. Juliana Medeiros, uma das entrevistadas, relata que sempre procurou cultivar uma alimentação saudável, mas que com a pandemia, passou a inovar mais, buscando suprir possíveis deficiências nas refeições. Por exemplo, ela conta que começou a ferver orapronóbis e acrescentar no arroz, uma planta nativa e rústica que hoje é conhecida como um tipo de PANCs com alto grau de valor nutricional.8 De acordo com ela, "passou a usar orapronobis mais frequentemente agora na pandemia porque precisamos de uma alimentação bem forte. E aqui em casa, não comemos tanta carne assim". Seja por meio de novas invenções nas práticas culinárias, seja via a fabricação de uma variedade de remédios caseiros, percebe-se de que modo as mulheres introduzem medidas para reforçar o processo de autocuidado e o cuidado dos coletivos ao seu redor — redes familiares e comunitárias

Aqui na minha região, eu não vi nenhuma iniciativa de solidariedade para enfrentar essa pandemia, eu não vi nenhum órgão sanitário, nem da saúde, fazendo visitas às pessoas. Não esteve

<sup>8</sup> Orapronóbis é classificada como uma das PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais) — uma planta rústica que é adaptada ao clima, com baixa necessidade de água e adubação. Este acrônimo — plantas alimentícias não convencionais — foi popularizado apenas nos últimos 10 anos, mas para muitas famílias, essas plantas, que se confundiam com "mato", têm servido ao longo dos anos como fontes ricas de algumas/alguns vitaminas e sais minerais — e até de "proteína" vegetal. Orapronóbis é uma excelente fonte de proteína, já que pode concentrar de 17 a 32% de proteína em matéria seca. (Weitzman et. al, 2020)

presente em momento algum. E muitas pessoas sente falta disso, porque muitas delas nem sabiam como se proteger. Então a gente se solidarizou com essas pessoas, e a gente ensinou um pouco do que sabe. Eu sempre peço para que façam chá, pra que tomem chá. Ensinei muitas delas a fazer a tintura, que não é difícil de fazer, e todas têm ervas medicinais em casa. Então, a gente, uma se solidarizando com a outra, pra que possa seguir em frente sem ter muitos problemas. (Darcy Machado de Almeida, 2020)

Essas narrativas revelam outra visão de saúde que reverte o paradigma predominante, focado no tratamento e cura das doenças. Elas se engajam ativamente nos processos organizativos visando a promoção da saúde a partir de uma ótica preventiva, motivadas por uma política de cuidado voltado para seu bem-estar, mas também para o bem-estar dos/as outros/as — familiares e vizinhos.

Nas situações retratadas, testemunhamos a potência do mundo virtual — das redes sociais — para nutrir essas ações de cuidado coletivo. O cuidado atravessa as fronteiras do doméstico e se expande para o círculo de vizinhança e dos grupos de WhatsApp. Visualizamos atos espontâneos de reciprocidade, por meio da confecção de máscaras para doação, de remédios à base de ervas medicinais mantidas nos quintais ou doadas por vizinhas, na arrecadação de alimentos para redistribuição em forma de cestas e na elaboração de cestas de produtos voltados para o "cuidar-se".

Muitas falas reforçam a ideia do cuidado como uma postura indispensável diante da ausência do Estado, que, de acordo com suas avaliações, deveria desempenhar um determinado papel, mas não cumpre com suas obrigações. Como uma das pesquisadas relata: "As vidas são mais importantes que a economia. Depois a gente pensa em ganhar dinheiro, primeiro a gente tem que pensar em como ficar vivo, né?" (Valdirene Militão, 2020). Sua fala revela as frustrações geradas por um Estado que não atende as necessidades básicas da população, o que faz com que os atos de cuidado que essas mulheres protagonizam tenham um peso imensurável dentro de um sistema que produz "bens" monetários, mas que também depende das dimensões "não monetárias" — o fomento de relações e de outras formas de sobrevivência que sustentam os tecidos sociais dos territórios, dimensões "invisíveis" que fundamentam e nutrem as forças propulsoras do capitalismo.

Aqui está em jogo o anseio, expresso por muitas das mulheres que foram entrevistadas, de ter um "Estado que cuida" — um modelo de Estado que se assemelha ao do "bem-estar social", tendo como eixo orientador de sua atuação a sustentabilidade da vida humana.

#### O trabalho como cuidado

O trabalho da mulher na roça se confunde com suas atribuições de mãe e esposa, ou seja do cuidar da prole e do marido. Aqui as relações de produção e de parentesco são intimamente conectadas de forma a ser difícil distinguir onde começa o trabalho e onde acabam as obrigações morais associadas aos papéis sociais da mulher dentro da família. Assim, entende-se por que a participação da mulher na lavoura é vista como uma "ajuda" ao marido e ao filho. "Eu sou agricultora, trabalho com meu esposo, ajudando ele na lavoura. Às vezes, ajudando meus filhos. Cuido da casa, tenho minha horta, cuido da vaca..." (Angenilda Ouverney, 2020).

O trabalho da mulher na lavoura é invisibilizado porque se confunde com suas obrigações sociais, sendo naturalizado como parte de um "dever" a ser cumprido. A horta (quintal) é apreendida como uma extensão da casa e, portanto, espaço essencialmente feminino, onde as atividades estão voltadas para o "cuidado" da família, para o consumo familiar, e estão sob a responsabilidade da mulher. Dentro dessa mesma lógica, o cuidado com os animais domésticos, como a vaca, pertence à esfera do feminino, pois o leite que ela produz é primordialmente direcionado ao consumo dos filhos. A situação muda quando há uma produção mercantilizada do leite, e aí o "cuidado" se transforma em "trabalho do homem". No caso de Angenilda, a produção do leite da vaca (uma unidade) é transformada em queijo e assim comercializada, mas nos limites da rede de vizinhança, ou seja, se confundindo com os bens de troca na vizinhança. Seu relato nos leva a intuir que não há uma relação propriamente mercantil, mas de troca monetizada, já que a venda se restringe ao círculo de vizinhos e, bem possivelmente, seus significados não podem ser reduzidos

às leis do mercado. Da mesma forma, o trabalho de Angenilda de preparar refeições para um grupo — "Às vezes faço uns bicos pra fora, como cozinhar para um grupo" — não é visto por ela como um "trabalho" mas como "um bico", porque é motivado por valores e relações que não podem ser traduzidos por relações contratuais de trabalho. Sua remuneração, assim como seu trabalho de cozinhar, estão inseridos em outra lógica, regidos por relações de proximidade, e por isso não é um "trabalho", mas um "bico". Essa denominação — "bico" — aponta também para o fato de que se trata de uma atividade esporádica e complementar à agricultura, atividade central em que se baseia a reprodução social de sua família. Nessa mesma direção, podemos entender o "trabalho" de Valdirene de fazer máscaras e bolsas de retalhos. Valdirene é funcionária pública e, com a pandemia, "está trabalhando com home office", como diz. Após o "trabalho", por via remota, se dedica ao artesanato "para se distrair" e para "ajudar os mais necessitados". Essa atividade não resulta numa remuneração pessoal, se insere na rede de trocas e ajudas da localidade onde reside:

Porque tinha muitas pessoas que eram aqueles trabalhadores informais, que não podem ir pra rua, que não podem trabalhar e que não têm como se sustentar. Aí começa a bater o desespero, as pessoas não sabem o que fazer e a gente que tá mais próximo dessas, pelo menos dessas regiões de onde eu consigo alcançar através de outros olhos e outros ouvidos, né, que não os meus na rua, mas que chega até a gente. Chega até meu filho, chega até os amigos dele que faz parte do projeto. O que me motiva é trabalhar, gerar uma renda, pra que alguma família não deixe de dormir porque está com fome. Pra mim hoje, estar sentada na máquina, criando, pedindo a Deus inspiração para fazer, eu não sou costureira mas nesse tempo de pandemia o que eu mais tenho feito é costurado. Fora as máscaras, foram quase 2 mil máscaras, agora tem as bolsas, eu ganhei retalho então eu acabo produzindo bolsas a partir dos retalhos. A minha motivação é estar fazendo com que as pessoas se inspirem pra poder tá produzindo alguma coisa de interessante. (Valdirene Militão, 2020)

# O recorte temporal do cuidado: conexões costuradas entre o passado, o presente e o futuro

Os relatos e narrativas coletados a partir da pesquisa "Memórias da Quarentena" apontam para novas formas de conceber o "cuidado", como um gesto que parte de um resgate das tradições desenvolvidas nas gerações anteriores no território e, ao mesmo tempo, é direcionado para a construção de uma visão do futuro, que se brota no "aqui e agora", a partir de relações de solidariedade e reciprocidade afetiva. Em algumas falas, se torna evidente que, ao vivenciar uma ética de cuidado, que indubitavelmente se intensificou durante a pandemia, houve uma sensação de que estava acontecendo um "retorno ao passado", "aos tempos mais antigos, onde as famílias eram mais carinhosas, as famílias eram mais unidas, se preocupava mais uns com os outros." No discurso de Valdirene, ela explicita a relação entre essas manifestações de cuidado e as práticas ancestrais de promoção da saúde, ligadas à sabedoria sobre a riqueza dos recursos naturais e suas funções:

E que os cuidados ancestrais, tudo que aprendemos, os cuidados que nossas avós tinham, os banhos que estão voltando também, os banhos de erva permanecessem. Os chás, os rituais que eram tão importantes antigamente, os saberes ancestrais tivesse esse retorno junto com a gente. (Valdirene Militão, 2020)

Quando foi perguntada como imaginaria o futuro — o momento de "pós-pandemia" — Valdirene expressou que almeja que:

(...) possamos voltar a ser o que éramos antes, com um outro olhar, um olhar mais carinhoso para vida... que eu acho que as pessoas estão olhando com um olhar diferente pra vida, para o tempo que tem, para as diferenças sociais, e acho que isso seria muito importante(...), mas que as pessoas possam, sei lá, olhar pra esse futuro olhando pro passado. né, como aprendizado. Mas acho muito necessário que cada pessoa tenha um olhar de compaixão, e de cuidado e de respeito com tudo que vai ser apresentado no futuro. (Valdirene Militão, 2020)

Desse modo, vemos, de forma nítida, a conexão estreita que se

constrói entre um passado repleto de práticas experimentadas pelos antepassados, que valorizam a sustentabilidade da vida social, e um futuro projetado dentro de um plano ideal — mas também alcançável — de relações sociais mais igualitárias e afetivas.

Para Valdirene, o que se testemunhava em um momento de crise aguda — como a pandemia — foi justamente um processo de construção de relações mais próximas, imbuídas de afeto: "Com mais cuidado, um sentindo muita falta do outro, querendo estar próximo." Partimos da compreensão de que essas expressões de "cuidado" são imbricadas com as dimensões dos afetos e das dinâmicas de reciprocidades e trocas. Como afirma a feminista e economista Orozco, "o trabalho de cuidados" se remete ao plano "afetivo-relacional, relativo ao bem-estar emocional." (Orozco, 2012, p. 54)

O que esses relatos nos desafiam a problematizar é a naturalização dos gestos de cuidado coletivo. A partir desta pesquisa-ação, temos base para questionar a visão propagada pelo próprio sistema capitalista — de que as expressões de cuidado são aspectos periféricos à sustentação da vida econômica e social. As mulheres que participaram da pesquisa "Memórias da quarentena" estendem as fronteiras das manifestações de cuidado — mostrando que esse trabalho valioso, de "cuidar um/a do/a outro/a", em todos os sentidos — é central para a sustentação das estratégias de sobrevivência e da ação política.

### Referências bibliográficas

CARNEIRO, Maria José. **Trabalho, "ajuda" e disputas: uma etnografia das confecções de lingerie em domicílios rural**. Revista Estudos de Sociologia (São Paulo), vol. 20, 2006.

CARRASCO, Cristina. "La economía feminista: una apuesta por otra economía." En: VARA, María Jesús, Escritos sobre género y economía. Madrid: Akal, 2006.

. "La economía feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción." **Revista Vasca de Economía**, número 91: 1, pp. 50-75, 2017.

DAINESE, Graziele. Trabalhos, ajudas e gênero: as experiências das mulheres da Terceira Margem-Minas Gerais/Brasil. En: PALERMO,

Hernán; CAPOGROSSI, Lorena (orgs.). Tratado latinomamericano de antropología del trabajo. No prelo.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. RJ: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HEREDIA, B.M.A. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). **Mulheres e soberania alimentar: sementes de mundos possíveis**. Rio de Janeiro, 2019

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2003.

OROZCO, A. "Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico." In: **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. (Org.: FARIA. N.; MORENO, R.). São Paulo: SOF, 2012.

PAULILO, M. I. **O peso do trabalho leve**. Revista Ciência Hoje, n. 28. 1987.

SAHLINS, Marshal. On the Sociology of Primitive Exchange. In: Banton, M. (ed) **The Relevance of models for Social Anthropology**. ASA Monographs 1. London, Tavistock Publications, 1966.

Sempreviva Organização Feminista - SOF. **Relatório "Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia."** 2020.

WEITZMAN, R.; JALIL, L. et. al. "Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020." Salvador, Bahia: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2020.

#### **SITES**

https://aarj.wordpress.com/2020/06/19/campanha-cestas-cuidar-se/



# Sobre as mulheres que contribuiram com esta publicação

Aline Lima é psicóloga e educadora popular. É militante feminista e mãe do Pedro. Atua há 15 anos junto a movimentos sociais na luta por soberania alimentar, na luta pela terra e por territórios livres. Atualmente está na coordenação do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul onde atua no programa de Mulheres, Economia e Luta Pelo Comum.

Ana Cruz é poeta, escritora e jornalista. Nascida em Visconde do Rio Branco, Zona da Mata de Minas Gerais vive atualmente em Niterói, Rio de Janeiro. Sua obra conta com seis livros individuais de poesia e a participação em diversas antologias, sendo o mais recente. "Insurreiças Mulheres de Minas" publicado em 2020. Em 2011 lançou o projeto literário "Mulheres Bantas, Vozes de Minhas Antepassadas" que consistiu em um seminário sobre Literatura Afrobrasileira. Este seminário resultou em um DVD de mesmo título, em que a autora trabalha com a memória valorizando a sabedoria e conhecimentos relacionados à ancestralidade.

Ana Luisa Queiroz é feminista interseccional, natural da Zona Oeste do Rio de Janeiro, neta de Graça e de Marlinda. Mestra em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, compõe a equipe do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS como educadora popular e pesquisadora. Sua trajetória atravessa e é atravessada pelo campo dos direitos humanos, dos conflitos socioambientais, de defesa da agroecologia, dos direitos das mulheres e das lutas populares e periféricas.

Cecilia Maria Santiago, nascida no Alto Vale do Jequitinhonha, no município de Turmalina - MG, estudante de Agronomia pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Participa do MUP (Movimento por uma Universidade Popular) e do Grupo Aranã de Agroecologia. É militante do Coletivo Feminista e Classista Ana Montenegro e atualmente é estagiária no Programa Mulheres e Agroecologia do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), onde participa do trabalho com as Cadernetas Agroecológicas.

Fátima Trombini é Gestora Ambiental pela UFRRJ, Agricultora, Agroecologista, Culinarista e Educadora especialista no Método Construtivista de Educação na Alfabetização Infantil e no Ensino de Jovens e Adultos (EJA). É Idealizadora do Projeto Capacitação Rural e desde 2014 é Coordenadora da Feirinha da Rural de Três Rios/RJ e integrante do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar da Baixada e Centro Sul do Estado do Rio de Janeiro da UFRRJ. Enquanto extensionista se dedica a pesquisa sobre hábitos alimentares saudáveis e aproveitamento integral dos alimentos.

Isabelle Hillenkamp é socioeconomista, pesquisadora do IRD-Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França e membra do CESSMA, Centro de Estudos em Ciências Sociais sobre os Mundos Africanos, Americanos e Asiáticos (França). Atua em projetos de "pesquisação" junto com a SOF e a RAMA desde 2016.

Leila Monsegur é feminista, artista visual e ilustradora. Suas inquietações partem da relação entre corpo coletivo, identidades e (in) visibilidades. Como gestora do Grupo de Consumo Responsável Comerativamente participa na articulação da rede de GCR junto com a Rama, Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras do Vale do Ribeira. Acredita na viabilidade de construir utopias possíveis: Um mundo onde caibam outros mundos.

Liliam Telles é Engenheira Florestal, mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa, desenvolve pesquisas no campo da economia feminista e estudos de gênero, é militante da Marcha Mundial das Mulheres e integra a coordenação do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia. É cervejeira artesanal e produz, junto com sua companheira Thay, a Libertária - nossa cerveja artesanal e feminista. Acredita que é preciso desmantelar o capitalismo e o patriarcado para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Maria José Carneiro é antropóloga social com doutorado na EHESS (Paris), professora titular aposentada do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde leciona desde 1982. Iniciou os estudos das relações sociais de gênero no meio rural em 1990, incluindo mais tarde, questões sobre juventude rural. Orientou várias teses e dissertações sobre os temas. Dedicou-se também ao estudo da ruralidade contemporânea e do papel da ciência na formulação de políticas públicas, com vários artigos e livros publicados.

Miriam Nobre é engenheira agrônoma e mestre em estudos na integração da América Latina. Integra a equipe da SOF desde 1993, desenvolvendo atividades relacionadas a economia feminista, agroecologia, articulação e formação feminista. Organizou várias publicações da SOF, sendo a última delas "Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios". Participa da Marcha Mundial das Mulheres, da REF – Rede Economia e Feminismo e do GT de mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia.

Natália Lobo é agroecóloga, integra a equipe técnica da SOF e atuou como assistente de pesquisa em projetos do Instituto para o Desenvolvimento da França (IRD) no Vale do Ribeira. É militante da Marcha Mundial das Mulheres.

Nayara Lopes de Castro é natural do Sul de Minas, Pouso Alegre/MG. Graduanda em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa, integrante do movimento estudantil e dos grupos de agroecologia, vem buscando conhecer o movimento feminista e somar na luta pela vida das mulheres e na militância campesina. Participa do trabalho com as Cadernetas Agroecológicas desde 2018 e atualmente é estagiária do Programa de Mulheres e Agroecologia do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM).

Rodica Weitzman é feminista, educadora popular, pesquisadora e antropóloga com doutorado pelo Museu Nacional/UFRJ e com pós-doutorado pelo IPPUR/UFRJ dentro da linha de pesquisa associada a "Memória e Conflitos Socioambientais." Atualmente é pós-doutoranda do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ, onde participa ativamente do Núcleo de Pesquisa "Gênero e Ruralidades." É membro do GT de Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia, da Aliança de Mulheres em Agroecologia (AMA-AWA) e do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). Desde 1996, tem trabalhado com diversas organizações sociais na elaboração, gestão, avaliação e monitoramento de projetos e políticas sociais e na coordenação de pesquisas voltadas para comunidades rurais e urbanas no Brasil e em outros países da América Latina.

Thalita Rody Machado é natural do Espírito Santo, licenciada em Letras e mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Viçosa, MG. Atua em pesquisas relacionadas à Análise do Discurso, Agricultura Familiar, Agroecologia, Gênero e Corpos dissidentes. Atualmente é assessora técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais, CTA/ZM e coordena o trabalho das Cadernetas Agroecológicas desenvolvido com agricultoras familiares nos municípios da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais.

